



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A acção do General Costa Gomes como Comandante-
Chefe em Angola (70-72)**

Autor: Aspirante Aluno Cavalaria André da Rocha Gonçalves

Orientador: Tenente-Coronel Cavalaria José Miguel Moreira Freire

Lisboa, Setembro de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**A acção do General Costa Gomes como Comandante-
Chefe em Angola (70-72)**

Autor: Aspirante Aluno Cavalaria André da Rocha Gonçalves

Orientador: Tenente-Coronel Cavalaria José Miguel Moreira Freire

Lisboa, Setembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Tenente Coronel de Cavalaria Miguel Freire, orientador deste trabalho por ter demonstrado um vasto conhecimento sobre o tema em questão que foi um factor bastante motivador para a realização deste trabalho.

Ao Tenente Coronel de Infantaria Manuel Machado, co-autor do site <http://www.operacional.pt> (Defesa, Forças Armadas e de Segurança) pela grande disponibilidade e pelo interesse que demonstrou, facultando contactos, dando opiniões pelo que foi uma preciosa ajuda na realização desta investigação.

À D.Paula Franco da Biblioteca da Academia Militar - Sede, pela amizade e pela sua permanente disponibilidade em ajudar o próximo.

Ao Centro Documentação 25 Abril, da Universidade de Coimbra, pela simpatia dos seus funcionários, pela forma como me receberam e me disponibilizaram todo o material referente ao tema desenvolvido neste trabalho.

Ao Major de Artilharia M. Borges do Arquivo Geral Exército, pela forma atenciosa que tratou dos documentos referentes ao processo individual de Francisco Costa Gomes.

Aos entrevistados: General Chito Rodrigues, Tenente General Franco Charais, Major General Pezarat Correia, Doutor Luís Nuno Rodrigues pela atenção e pelo interesse demonstraram desde a troca de contactos até ao dia da entrevista. A eles o meu muito obrigado.

A todos as pessoas, que directa ou indirectamente ajudaram na elaboração deste trabalho.

A todos os camaradas de curso pela partilha de ideias que se revelaram fulcrais para o elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre um fenómeno político que é a subversão. Actualmente assistimos a conflitos que estão directamente relacionados com a subversão. Portugal deparou-se pela primeira vez com o fenómeno da subversão durante a guerra colonial, que durou de 1961 até 1975. Durante este período, o Exército Português desenvolveu doutrinas próprias para combater este fenómeno onde se procurava proteger as populações e estreitar contactos realizando diversas acções com o objectivo de melhorar as suas condições de vida.

Neste trabalho é feita referência à importância da necessidade de uma boa liderança para a condução das operações militares nos vários países onde Portugal e outros países actuam. Assim, ao longo deste trabalho é caracterizado o fenómeno subversivo que predominou durante a guerra colonial e um levantamento das acções mais importantes realizadas sob o comando do General Costa Gomes.

Conclui-se neste trabalho que a liderança é um factor determinante nas operações de contra-subversão e o que é difícil é colocar em prática os seus princípios. Conclui-se também que o General Costa Gomes, durante o tempo em que foi comandante-chefe, fazendo uso da sua instrução, da sua racionalidade, foi um exímio intérprete dos princípios da contra-subversão obtendo enormes resultados operacionais.

Como conclusão constatamos que a doutrina de contra-subversão actual, presente nos manuais do Estado Maior do Exército de 1963, estão ainda bastante actuais embora tenham de sofrer ligeiras alterações e podem ser aplicados nos conflitos actuais.

Palavras-Chave: SUBVERSÃO, CONTRA-SUBVERSÃO, GUERRA COLONIAL, POPULAÇÃO, GENERAL COSTA GOMES, LIDERANÇA

ABSTRACT

This paper focuses on a political phenomenon that is insurgency. Today we witness conflicts that are directly related to insurgency. Portugal faced for the first time the phenomenon of insurgency during the colonial war, which lasted from 1961 until 1975. In this period, Portugal has developed their own doctrines to fight this phenomenon through which the Portuguese Army sought to protect and strengthen contacts performing various actions in order to improve their living conditions.

This paper makes reference to the importance of the need for good leadership for the conduct of military operations in several countries where Portugal and other countries take action. Thus, throughout this work is characterized subversive phenomenon that prevailed during the colonial war and a survey of the most important actions carried out under the command of General Costa Gomes.

This paper concludes that leadership is a key factor in counter-insurgency operations and what is difficult is to put its principles into practice. We conclude that General Costa Gomes, during the time he was commander-in-chief, making use of his education and rationality, was a master interpreter of the principles of counter-insurgency making huge operating results.

In conclusion we note that the current doctrine of counter-insurgency, present in the manuals of the Army Staff since 1963, are still very updated although suffering slight changes and can be applied in current conflicts.

Keywords: INSURGENCY, COUNTER-INSURGENCY, COLONIAL WARFARE, POPULATION, GENERAL COSTA GOMES, LEADERSHIP

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice geral	vi
Índice de figuras	viii
Índice de gráficos	ix
Índice de quadros	x
Índice de tabelas.....	xi
Lista de siglas e abreviaturas.....	xii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Conceitos	4
1.1. Subversão	5
1.2. Contra – subversão	7
1.3. Fases da subversão	9
1.4. Causas da subversão.....	11
Capítulo 2 - A subversão em angola	13
2.1. Os movimentos subversivos.....	14
Capítulo 3 - A acção do general costa gomes.....	16
3.1. A alteração do conceito estratégico	16
3.2. Africanização da guerra.....	19
3.3. O sistema de informações, as manobras sobre a população e acção psicológica	24
3.4. Resultados	26
Capítulo 4 - A liderança na subversão	29
Capítulo 5 - A subversão na actualidade.....	32
5.1. O novo espectro dos conflitos militares	33
5.2. O empenhamento nacional.....	35
Capítulo 6 : Conclusões e recomendações	38
Referências bibliográficas	41
Apêndice A : Análise de resultados.....	45
a) Entrevistas	45
b) Caracterização da amostra	45
c) Análise das entrevistas.....	47

Índice Geral

Apêndice B : Guião da entrevista.....	51
Apêndice C : Entrevista a Manuel Franco Charais.....	52
Apêndice D : Entrevista a Pedro Pezarat Correia	55
Apêndice E : Entrevista a Joaquim Chito Rodrigues	59
Apêndice F : Entrevista a Luís Nuno Rodrigues.....	63
Anexo A : Mapa de Angola em 1973.....	66
Anexo B : Actividade geral do inimigo de 1963 a 1973	67
Anexo C : Divisão política-estratégica da zona militar de leste de Angola	68
Anexo D : Divisão político administrativa e militar do MPLA.....	69
Anexo E : Cronologia Marechal Costa Gomes (até 1972).....	70
Anexo F: Cronologia Angola	71
Anexo G : Biografia Marechal Costa Gomes.....	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Sectores da Zona Militar Leste.....	17
Figura 2 - Zonas de Subversão em Novembro de 1970.....	18
Figura 3 - Mapa de Angola em 1973.....	66
Figura 4 - Divisão Política - Estratégica da Zona Militar Leste em 1970.....	68
Figura 5 - Divisão Política-Administrativa e Militar do MPLA em 1970.....	69
Figura 6 - Bilhete Identidade de Francisco Costa Gomes.....	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do efectivo de Angola.....	27
Gráfico 2 - Gráfico Actividade Geral do Inimigo de 1963 a 1973.....	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro comparativo entre Guerra Colonial e a Actualidade.....	37
Quadro 2 - Amostra de entrevistados.....	46
Quadro 3 - Análise de respostas à questão 1	47
Quadro 4 - Análise de respostas à questão 2	47
Quadro 5 - Análise de respostas à questão 3	48
Quadro 6 - Análise de respostas à questão 4	49
Quadro 7 - Análise de respostas à questão 5	49
Quadro 8 - Análise de respostas à questão 6	50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Efectivos do recrutamento em 1972 (excluindo os Flechas)	22
Tabela 2 - Datas de promoção de Francisco Costa Gomes	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCFAA – Comando Chefe das Forças Armadas de Angola
CCmd – Companhia de Comandos
CIMIC/CMA – *Civil Military Cooperation/ Affairs* (Cooperação Civil-Militar/ Assuntos)
CParas . Companhia de Pára-Quedistas
CTOE – Centro Tropas Operações Especiais
ETC – *et cetera* (e outras – para coisas)
FA – Forças Armadas
FNLA – Frente Nacional da Libertação de Angola
HUMINT – *Human Intelligence* (Informação obtida através de meio humano)
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO – *North Atlantic Treaty Organization* (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
OAP – Operações de Apoio à Paz
ONU – Organização das Nações Unidas
PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção Geral de Segurança
RDC – República Democrática do Congo
ROE – *Rules of Engagement* (Regras de Empenhamento)
UNITA – Movimento para a Independência Total de Angola
UPA – União Povos Angola
ZML – Zona Militar Leste

“A História não se repete, mas por vezes rima”

Mark Twain

INTRODUÇÃO

Actualmente vivemos num Mundo onde cada vez mais o papel do Estado soberano está constantemente ameaçado, e este tem um papel preponderante na conjuntura internacional. “A violência global hoje em dia é feita de uma forma assimétrica” (Garcia F. P., 2007), ou seja, cada sujeito procura superiorizar-se em relação ao outro, o que faz com que a violência exista e tenha origem num qualquer lugar. As guerras dos dias de hoje são estrategicamente mais importantes do que as do passado e estas travam-se em ambientes urbanos, citadinos, e o ambiente a que se assiste neste tipo de conflitos é de ambiente subversivo. As guerras dos dias de hoje surgem associadas às novas ameaças assim como a criminalidade organizada, a proliferação de armas nucleares, os conflitos regionais e o terrorismo, sobretudo depois do acontecimento de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, e posteriormente em Madrid e Londres.

Neste trabalho é tratada a guerra colonial pelas inúmeras semelhanças com os conflitos da actualidade. Portugal foi das primeiras potências coloniais a chegar a África e foi das últimas a sair. Conseguiu aguentar este esforço de guerra durante 13 anos e obteve êxito em muitas situações apesar das poucas probabilidades de o conseguir fazer. É analisado neste trabalho o papel das forças armadas que não é somente o de conseguir uma vitória militar, mas sim o de sustentar a violência, de proteger as pessoas, de conquistar as populações e ganhar a sua confiança. Uma das pessoas que assumiu o Comando durante a guerra Colonial e que obteve bastante êxito foi seguramente o Marechal Francisco Costa Gomes, na altura que foi comandante – chefe em Angola ainda com o posto de General.

Nesta primeira parte, pretende-se enquadrar a temática do trabalho, justificar a mesma, apresentar o problema da investigação e por último descrever a metodologia a adoptada neste trabalho de investigação.

Neste trabalho pretende-se desenvolver um tema que nos dias de hoje é muito usual falar devido à actual situação internacional de alguns países. O tema a abordar será a subversão porque no clima internacional que se vive a violência é manifestada de uma forma assimétrica. A guerra dos dias de hoje não obedece à concepção típica a que chamamos de guerra convencional. As actuais guerras procuram convencer os líderes políticos adversários que os seus objectivos são impossíveis de atingir ou muito caros para os benefícios esperados.

Introdução

Neste trabalho vai ser abordado o período de 1970 a 1972 que foi quando, neste período ainda com o posto de General foi Comandante da Região Militar de Angola. Nestes dois anos o General Costa Gomes assumiu a responsabilidade do território de Angola que se encontrava fortemente atacado pelo fenómeno subversivo e obteve inúmeros êxitos operacionais neste âmbito.

O General Costa Gomes enfrentou uma forte acção subversiva no período em que foi comandante-chefe do teatro de operações de Angola. O General Costa Gomes, tendo reduzido a utilização dos meios bélicos foi dos comandantes do teatro de operações que obteve mais êxito. O General Costa Gomes orientou a sua acção pelo princípio de que a violência exercida sobre as populações contribuía mais para o sucesso da guerrilha do que para a pacificação. Toda a essência da acção contra-subversiva passava por servir as populações, manter a ordem e a paz. A actual tipologia de conflitos tem levado ao desenvolvimento de novos paradigmas do emprego de forças. Curiosamente, verificamos que há 40 anos, o General Costa Gomes não só colocou em prática estes conceitos como teve assinalável sucesso. Deste modo, consideramos que da análise da acção do General Costa Gomes como comandante-chefe do teatro de operações de Angola poderemos tirar alguns ensinamentos aplicáveis aos actuais teatros de operações onde Portugal e os países aliados actuam.

A questão central deste trabalho é a seguinte: Quais os resultados operacionais e os factores de sucesso das acções do General Costa Gomes como Comandante-chefe de Angola e a sua aplicabilidade nas actuais operações de contra-subversão?

Pretende-se fazer um levantamento das principais acções que Costa Gomes efectuou durante o tempo em que foi comandante em Angola durante a guerra colonial e analisar se estas contribuíram ou não para o sucesso obtido. É também objectivo deste trabalho verificar se existe alguma possível ligação destes factores de sucesso com os actuais conflitos onde as alianças a que Portugal pertence estão envolvidas.

Como questões derivadas colocámos as seguintes:

- Como se caracterizava a subversão em Angola na década de 1960-1970?
- Qual a importância que a liderança assume nas operações de contra-subversão e quais as características que se mantêm transversais até à actualidade?
- Como se caracteriza a manobra contra-subversiva sob o comando do General Costa Gomes?

Introdução

- Como se caracteriza a subversão na actualidade e qual a relação com as características da subversão na década de 1960-1970?

Assim sendo este trabalho de investigação baseia-se na pesquisa de livros e de publicações várias. O percurso metodológico seguido foi a pesquisa bibliográfica nomeadamente fontes escritas da doutrina de defesa nacional e de doutrina americana e NATO. Também nos baseamos em autores que escreveram sobre o assunto que trata este trabalho de investigação. Foram também consultados vários arquivos para obtenção de documentos oficiais.

Foi utilizado o método dedutivo porque partimos de um raciocínio geral para atingir um particular.

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. Assim no capítulo 1 é feita uma definição de vários conceitos que vão ser utilizados ao longo do trabalho e que são fundamentais para a sua compreensão.

No capítulo 2 é caracterizado o fenómeno subversivo em Angola, assim como os movimentos nacionalistas associados a este fenómeno.

No capítulo 3 é realizado um levantamento das principais acções que o General Costa Gomes efectuou enquanto comandante-chefe durante o período de 1970-1972 tal como a alteração do conceito estratégico, a intensificação do uso de recrutamento local e as manobras de acção que foram efectuadas. No final deste capítulo são apresentados alguns resultados da acção de comando do General Costa Gomes.

No capítulo 4 é feita uma referência à importância que a liderança assume nos conflitos actuais e a necessidade que os comandantes têm de ser possuir capacidades de liderança para levar a cabo as operações de contra-subversão nos conflitos da actualidade.

No capítulo 5 é caracterizado o fenómeno subversivo existente na actualidade, do novo espectro de conflitos militares que revolucionaram a maneira de pensar. É feito também uma comparação com as características da subversão na década de 1960-1970 e uma alusão às operações desenvolvidas a nível nacional para fazer face à nova tipologia de conflitos da actualidade.

No capítulo 6 retiramos as conclusões da nossa investigação, que tem por objectivo responder à questão central que foi por nós levantada.

No final figura em apêndice a análise das entrevistas que foram resumidas em quadros, assim como alguns gráficos e mapas que têm interesse para a compreensão deste trabalho.

CAPÍTULO 1 - CONCEITOS

Neste primeiro capítulo procuramos abordar os conceitos de subversão e contra-subversão que são necessários para a compreensão deste trabalho.

Segundo a definição de General Abel Cabral Couto (Academia Militar , 2010) este diferencia guerras internacionais de guerra internas. Na primeira é sugerido a diferença entre Guerra Fria e Guerra Quente. Nas guerras internas está feita a distinção entre Revolução, Golpe de Estado, Revolta Militar e Guerra Subversiva. Por outro lado o General Loureiro dos Santos acrescenta uma definição a esta anterior. É acrescentado na distinção de guerra internas definição de Insurreição. (Academia Militar , 2010)

O conceito de subversão e guerra de subversão não deve ser confundido e representam ideias diferentes porque a subversão nem sempre dá origem a uma guerra subversiva. A guerra subversiva pode ou não ser ajudada e reforçada a partir do exterior, neste último caso mesmo como uma forma de agressão de um país a outro. Pode ainda ser levado a cabo contra autoridades legais, ilegais ou contra forças de ocupação. A população nestes casos torna-se o centro de gravidade para se levarem a cabo os fins em vista (Estado Maior do Exército, 1963). “A guerra subversiva visa, como em qualquer guerra, resolver pela violência um problema político, neste caso consequente de uma crise de legitimidade” (Couto, 1989)

A Subversão é uma “Acção concebida para enfraquecer o potencial militar, económico ou político duma nação, através da diminuição do seu moral, lealdade ou confiança dos seus cidadãos. Acção levada a efeito por diversas formas e meios com o fim de desorganizar a vida de uma comunidade, perturbar o espírito das pessoas, dificultar o exercício da autoridade, tornar inoperantes as instituições e os serviços” (Ribeiro, 2008).

Em termos de definição nas linhas gerais de orientação da NATO pode ser considerado como “ a acção de um grupo ou movimento organizado, muitas vezes com motivações ideológicas, que procura efectivar ou evitar mudanças políticas na autoridade governativa numa dada região, através da persuasão ou coagindo a sua população pelo uso da violência e da subversão.” (ACT, 2010). Segundo o que nos diz a Comissão de Estudos das Campanhas de África “ a guerra subversiva é a única forma de luta em que os dois antagonistas não usam nem as mesmas armas nem os mesmos processos de combate” (CECA, 2006)

1.1. SUBVERSÃO

Existem muitos conceitos de subversão, mas de um modo geral todos são uma forma de mudar o governo em questão, uma forma de revolta, de desacato de algo, da maneira de pensar em questão. “Trata-se de um tipo de guerra que se implanta na mente das pessoas, quaisquer que sejam as suas etnias e expressões culturais, uma vez criado clima propício à acção subversiva” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963).

Portugal desenvolveu uma publicação que tinha como objectivo estabelecer uma base de doutrina de subversão e contra-subversão. Esta publicação chama-se “O Exército na guerra subversiva” e é constituída por cinco volumes e apesar de se ter consultado bibliografia do exército americano este apenas considerava a guerra subversiva como um complemento da guerra convencional. Esta publicação foi desenvolvida conjuntamente pelo então Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM)¹ e pelo Centro Tropas Operações Especiais (CTOE)², onde estas técnicas foram amplamente testadas e aperfeiçoadas. Este passo foi essencial para o desenvolvimento da doutrina porque Portugal conseguiu “evitar reaprender as lições de outras forças militares que tinham lutado em contra – insurreições, e o de envolver forças ignorantes de como conseguir a vitória. Os portugueses pesquisaram literatura acerca das guerras de guerrilha e manuais de doutrinas de contra-insurreição de outros países. Enviaram missões a escolas francesas, britânicas e norte-americanas, observaram operações que relatavam os aspectos pertinentes das “guerras pequenas”, e escutaram a voz da experiência ao aconselhar-se com veteranos” (Cann, 1998)

“De acordo com a publicação “O Exército na Guerra Subversiva” do Estado Maior do Exército Português, “uma guerra subversiva é uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não pelo exterior, contra as autoridades de direito de facto estabelecidas, com as finalidades de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção”. (Estado Maior do Exército, 1963).

O General Cabral Couto alterou ligeiramente esta definição passando a ser “Luta conduzida no interior dum território, por parte da população ajudada e reforçada ou não do exterior contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de, pelo menos paralisar a sua acção” (Couto, 1989). Na visão do General Martins Barrento a subversão é “...uma forma da estratégia se manifestar num conflito contra um poder estabelecido; a contra-

¹ Pela lei nº183, de 22 de Setembro de 2005 passou a ser chamado de IESM (Instituto de Estudos Superiores Militares).

² Na altura chamado Centro Tropas Operações Especiais (CIOE). Curiosamente quando o CIOE foi instalado na cidade de Lamego o sub-secretário de Estado era o Tenente Coronel Costa Gomes

Capítulo 1: Conceitos

subversão é a forma utilizada pelo poder para se lhe opor. A subversão usa a iniciativa, a contra-subversão é, normalmente reactiva” (Barrento, 2010).

Uma guerra deste tipo é um processo com limites mal definidos, sendo usual considerar a sua evolução em cinco fases sucessivas que detalhamos mais à frente neste capítulo.

Os conceitos que vamos aqui clarificar são os de guerra de guerrilha, guerra revolucionária e guerra insurreccional que são muitas vezes confundidos entre eles e dão origem a ambiguidades e desentendimentos.

A guerra de guerrilha não é facilmente descritível numa única definição nem é propriamente um conceito mas pode ser definido como sendo “uma guerra levada a efeito por forças de organização e características especiais, muito ligeiras, dispersas e clandestinas contra forças que controlam um dado território” (Estado Maior do Exército, 1963). Pela etimologia da palavra guerrilha significa pequena guerra e corresponde a “uma tática adoptada, uma forma de levar a cabo a subversão armada que emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito, na realização de operações militares” (Garcia F. P., 2007)

A guerra insurreccional é “uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o Estado” (Estado Maior do Exército, 1963). A guerra insurreccional diferencia-se da guerra subversiva por “não ser obrigatoriamente conduzida pela população civil” (Garcia F. P., 2007).

A definição de guerra revolucionária não difere muito da guerra subversiva, no entanto possui algumas diferenças principalmente em três aspectos “ na doutrina seguida pelos elementos que a conduzem; nos objectivos particulares a atingir, e nos meios e processos a empregar “ (Estado Maior do Exército, 1963). O último objectivo deste tipo de guerra é o estabelecimento do comunismo. “Ainda que a guerra revolucionária englobe guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas poderão ser incluídas no contexto de guerra revolucionária” (Estado Maior do Exército, 1963).

“A guerra revolucionária tal como a guerra subversiva pode ser conduzida no interior do território, levada a efeito por parte das populações contra as autoridades estabelecidas, apoiada e reforçada do exterior (característica que marcou a luta de África). Porém enquanto a guerra revolucionária é conduzida em conformidade com uma doutrina, a guerra subversiva pode não o ser” (Fernandes, Ferreira, Matos, Teixeira, & Telo, 2004).

1.2. CONTRA – SUBVERSÃO

De seguida é realizado uma diferenciação relativamente ao conceito de contra - subversão, que por etimologia da palavra é o oposto de subversão.

”A contra-subversão é o conjunto de medidas que se destinam a prevenir ou fazer face à subversão” (Oliveira, 1974). As medidas de contra-subversão devem ter sempre em atenção a situação económica, social, militar de um determinado país porque esta não podem ser exclusivamente de índole militar. A luta contra a subversão pode ser encarada de dois aspectos distintos: a forma de evitar a subversão de maneira a não existirem perturbações graves da ordem e de reprimir a subversão logo que ela se manifeste por acções violentas.

Na mesma linha, a Contra-Insurreição é um processo que visa impedir que a população de um dado território se deixe converter ou influenciar pela propaganda e pelos agitadores subversivos, ou de a reconverter a favor das autoridades estabelecidas, através do emprego de forças concorrentes, que tenham por efeito rebater as ideias difundidas pela subversão, utilizando forças militares e não militares. (Estado Maior do Exército, 1963) pelo que neste trabalho o conceito de contra-subversão e contra-insurreição são considerados o mesmo.

A contra-subversão está integrada na política de defesa nacional “ carácter total e indirecta” (Oliveira, 1974) onde implica necessariamente a existência dum plano nacional em que sejam estabelecidas a finalidade, os objectivos e as missões, os meios e as formas de actuação dependente de três factores primordiais:

- 1) O governo, e também o Povo, profundamente consciente da ameaça subversiva
- 2) A vontade geral e absoluta de reduzir a subversão
- 3) Inteira adesão da população aos objectivos do governo

Para levar a cabo este conjunto de medidas é necessário assegurar um conjunto de estruturas a todos os níveis de maneira a que possa existir uma coordenação total. Estas estruturas englobam uma estrutura militar e civil paralelas para que possam funcionar em conjunto na luta contra a subversão. Tem por fim essencialmente:

- Conservar ou reconquistar o apoio da população

Capítulo 1: Conceitos

- Manter ou restabelecer um controle efectivo de todo o território, ou seja assegurar: o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços, a salvaguarda das pessoas e dos bens
- Conseguir o apoio dos dirigentes e da opinião pública de certos países (EME, 1963)

Em 1967 foi criado um despacho do Governo-Geral de Angola e do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola (CCFAA) que definiam uma directiva de Contra-Subversão em Angola que definia alguns princípios dirigidos às populações, “com o objectivo de satisfazer as suas necessidades e anseios, protegê-las contra violências dos agentes subversivos e reconquistá-las, se já estivessem aliciadas ou dominadas pela subversão” (CECA, 2006). Este Despacho continha uma série de princípios que foram sintetizados de uma forma curta pelo General Bettencourt Rodrigues da seguinte forma: A Contra-Subversão dirige-se fundamentalmente à população e é obra e responsabilidade de todos. Por isso, exige unidade de acção a todos os níveis, ou seja, acção coordenada de esforços. Para tanto impõe-se a todos os níveis a planificação em conjunto do trabalho a desenvolver e o apoio mútuo na execução desse trabalho. Baseado em (CECA, 2006) a directiva explicitava muito pormenorizadamente as acções contra-subversivas a levar a efeito, sendo elas: Obtenção de Informações; preservação das populações contra a propaganda adversa; informação pública e acção psicológica; recenseamento das populações; fiscalização dos movimentos das populações e natureza das mercadorias a transportar; fiscalização da legalidade de uso e porte de arma; defesa das populações contra coerções ilegais e injustas de qualquer origem e natureza, contra defraudamento do seu património e direitos, e contra práticas e viciações prejudiciais à sanidade física, moral e social; defesa das populações contra violências e intimidações subversivas e acções de força que perturbem a paz, a ordem e a normalidade do trabalho (autodefesa e defesa civil incluindo, onde necessário e viável o seu agrupamento; promoção educacional e sócio - económica das populações, incluindo medidas sanitárias preventivas e de recuperação; acolhimento aos apresentados e aprisionados de modo a levá-los a aderir abertamente à causa nacional; interdição de passagem de armas, munições, explosivos, materiais de construção, vestuário, alimentos e medicamentos para a mão de rebeldes e suspeitos de serem seus agentes ou elementos de apoio; acções limitadas de forças militares e de outras forças da ordem de carácter preventivo ou punitivo; evitar actos individuais ou colectivos de repressão de atitudes não caracterizadamente subversivas, que levem a uma cisão no bom convívio de etnias, com o que concorreria para favorecer os próprios intentos da subversão.

1.3. FASES DA SUBVERSÃO

Seguidamente será descrita as diferentes fases onde se pode enquadrar a Subversão.

- 1) Fase preparatória
- 2) Agitação
- 3) Subversão violenta, terrorismo, guerrilha
- 4) Estabelecimento de bases
- 5) Insurreição Geral

A primeira é uma fase preparatória que se desenrola em segredo, pelo menos no seu início; a subversão não se manifesta mas “passam-se coisas sem alguém saber”. Os dirigentes de um movimento em formação reúnem-se clandestinamente e pensam nas ligações a estabelecer e nos actos de agitação a efectuar. As autoridades não se apercebem de coisa alguma e não podem actuar senão quando a agitação é denunciada. “A subversão quase se limita ao estudo das possibilidades de desencadeamento da luta e às actividades destinadas ao estabelecimento de um embrião de organização político - administrativa” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963). “É uma fase de pesquisa das informações destinadas à escolha das ideias a difundir como justificação da subversão” (Oliveira, 1974)

Na segunda fase ou da agitação procura-se criar um ambiente subversivo. “Passam-se coisas mas ninguém sabe quem foi” (Nunes A. P., 2002). Surge a propaganda, fomentam-se perturbações da ordem, cria-se um clima de medo e, em algumas regiões, podem surgir actos de desobediência mais ou menos graves e suspeitos. As autoridades respondem geralmente com as forças policiais. “Nesta fase, a subversão procura aumentar a agitação, fomentando perturbações da ordem (greves, manifestações, algum terrorismo), com a finalidade de criar adeptos na população e, de uma maneira geral, lançá-la num ambiente de medo, com o fim de conseguir o seu apoio voluntário ou forçado” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963). “A subversão surge, assim, não só perante a referida população como perante a opinião pública mundial, como um problema grave a que é necessário dar solução” (Oliveira, 1974)

A terceira fase caracteriza-se pelo aparecimento da subversão violenta, o terrorismo e a guerrilha. O movimento subversivo procura consolidar-se e surgem bandos e grupos de guerrilheiros cada vez mais armados, equipados e organizados.”é completada a

Capítulo 1: Conceitos

organização política - administrativa, por forma a dominar todo o território e toda a população” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963). As autoridades reagem com as forças militares que tende a aumentar a violência e a expandir-se. É uma fase muito difícil para as forças da ordem porque a guerrilha é traiçoeira e imprevista, sem frentes nem retaguardas e porque perante elas actuam forças mas definidas: os grupos armados, nos ataques aos seus objectivos, surgem imprevistamente e depois desaparecem, surgindo de surpresa noutra local. “Criam-se nesta fase tais dificuldades às autoridades estabelecidas e às suas forças de manutenção da ordem, que será possível conseguir que, em certas zonas, o controle territorial passe para a organização subversiva” (Oliveira, 1974)

Na quarta fase, os elementos subversivos estabelecem bases “é caracterizado pela criação de bases” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963) no interior do território e constituem-se em forças pseudo - regulares ainda melhor organizadas e armadas, por vezes melhor armadas que as forças da ordem, numa prova de força no qual pretendem mostrar às populações o poder da subversão e atrair a atenção da opinião pública internacional. “Um governo rebelde pode ser estabelecido numa das referidas bases ou no estrangeiro, dando lugar ao aparecimento do “Estado Subversivo” (Oliveira, 1974)

A quinta e última fase, ou da insurreição geral, corresponde à generalização da subversão “está montada a máquina subversiva” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963) e à utilização, por parte da guerrilha, de métodos de guerra próprios das forças convencionais. Nesta fase, a máquina subversiva está já consolidada e é possível aos movimentos subversivos constituir um exército rebelde. “Essas forças procurarão conseguir, progressivamente, o controle de todo o território, obter a total adesão da população e obrigar assim as autoridades estabelecidas a capitular” (Oliveira, 1974)

Aceita-se geralmente que a vitória numa guerra subversiva ocorre na terceira fase; se a subversão atinge a quarta, o seu êxito é muito difícil de evitar, mas se as forças da ordem conseguem fazer regredir, a sua derrota é praticamente irreversível.

“A subversão só pode sobreviver com o auxílio da população que, voluntária ou coercivamente, alimenta a guerrilha com abastecimentos e gente. “ A população é para o insurrecto o mesmo que a água é para o peixe” (Mao Zedong) e “a guerrilha, na qualidade de organização política, ou se implanta nas massas numa região precisa ou se vê condenada, num prazo mais ou menos curto, a desaparecer como organização militar” (Régis Débray). Assim sendo, a partir da segunda fase, torna-se prioritário para as forças da ordem conseguir que as populações se separem das forças de subversão e adiram a si.” (Nunes A. P., 2002).

1.4. CAUSAS DA SUBVERSÃO

A subversão pode ter origem em qualquer país ou em qualquer sociedade, pois podem existir um número pequeno de pessoas que tenham ideologias e motivações que façam com que possam ser constituídos como agentes subversivos. Existem no entanto, alguns factores que poderão ser aceleradores do factor subversivo que podem ser de ordem social, política, económica, militar e psicológica. Aos factores de ordem social podemos associar a diferença entre as várias etnias, religiões ou então considerar uma diferença social tão grande que possa estar na origem do fenómeno subversivo. A existência de um governo que seja corrupto ou que a pessoa que o representa ou que esteja na liderança o seja constitui um catalisador para o aumento de do fenómeno subversivo. As razões económicas de cada um ou a concentração de poder económico em detrimento de outras onde o poder económico não abunda podem constituir um importante factor acelerador de migrações regionais, que posteriormente se alojam em bairros sociais, favelas, etc. Este factor é bastante propício ao desenvolvimento das diferentes formas de subversão na medida que criam o ambiente ideal para o crescimento da subversão em grande escala.

Dependendo de cada país a subversão pode-se ser manifestada de várias formas e podem ser inúmeros o que podemos chamar de a dinâmica da subversão. Esta dinâmica é manifestada segundo vários factores e podem ser identificados nos vários países na totalidade ou apenas parcialmente. Os factores que influenciam esta dinâmica da subversão são os seguintes:

- 1) Ideologia
- 2) Causa
- 3) Suporte interno
- 4) Objectivo
- 5) Ambiente e geografia
- 6) Liderança
- 7) Suporte externo
- 8) As fases da subversão
- 9) Padrões operacionais e organizacionais (ACT, 2010)

Capítulo 1: Conceitos

Ao longo deste trabalho vão aparecer também conceitos múltiplos que para uma questão de entendimento os vamos aqui clarificar.

Sistema de Informações é um sistema que é usado, seja ele manual ou computadorizado, para colher, organizar e estruturar informações sobre determinados assuntos tais como pessoas, equipamentos, etc.

Acções Psicológica são um conjunto de medidas que são tomadas destinadas a influenciar as atitudes e comportamentos de um indivíduo ou população em geral. As Forças Armadas Portuguesas adaptaram a execução da acção psicológica às suas características próprias e do meio onde actuavam, apesar de a doutrina militar portuguesa neste campo se ter baseado tanto no exemplo americano, que fora posto em prática na Segunda Guerra Mundial e evoluíra com as experiências da Coreia e do Vietname, como na experiência francesa, ganha e posta em prática na Indochina e na Argélia.

Neste capítulo foram esclarecidos os conceitos de Subversão, de Contra-Subversão, de guerra de guerrilha, de guerra insurreccional, de guerra revolucionária. Foi clarificado quais as fases da Subversão e quais as causas e por fim foram clarificados alguns conceitos que vão surgindo ao longo do trabalho que tem interessa aqui clarificar.

No próximo capítulo é caracterizado o fenómeno subversivo em Angola e os movimentos associados a este fenómeno assim como o enquadramento do fenómeno subversivo.

CAPÍTULO 2 - A SUBVERSÃO EM ANGOLA

Neste capítulo é caracterizado o fenómeno subversivo existente em Angola na década de 1960-1970 e como foi conduzida a luta contra subversiva assim como foi enquadrado na fase respectiva.

Entre 1961 e 1974 Portugal assumiu o comando de três campanhas simultaneamente: Angola, Guiné e Moçambique. Portugal, um país de recursos modestos, e na altura o “menos rico da Europa Ocidental” (Cann, 1998), conseguiu mobilizar um exército inteiro para as colónias que se situavam a milhares de quilómetros e estas também distantes entre si. Todos os territórios eram bastante vastos, com uma área “cerca de 14 vezes o tamanho de Portugal” (Cann, 1998).

Portugal teve necessidade de realizar estudos prévios que permitissem a Portugal possuir um documento orientador da doutrina para por em prática no terreno que iam encontrar pela frente. Após os estudos realizados surgiram por parte do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), em 1961, um guia constituído por duas partes intitulado “O Exército na Guerra Subversiva – Guia para Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra Guerrilha”. Em 1963 surgiu então a publicação “O Exército na Guerra Subversiva”, actualizada pelo mesmo instituto, constituído por 5 volumes que constituía o manual de referência nas missões executadas pelas tropas portuguesas no Ultramar.

As características da subversão em Angola indicavam que era de tipo popular e “ visava a população como um todo, contexto que foi desgastando o Poder português perante a comunidade internacional ” (Garcia F. P., 2007).

As acções que eram mais comuns durante a guerra nos três teatros de operações foram:

- Colocação de engenhos explosivos (minas e armadilhas) nos itinerários obrigatoriamente usados pelas tropas portuguesas;
- Emboscadas a colunas motorizadas
- Flagelação de instalações militares (Guerra Colonial: 1961-1974)

2.1. OS MOVIMENTOS SUBVERSIVOS

Angola era segundo o Major General Pezarat Correia “ o teatro de operações onde a situação era menos favorável a Portugal (...) pelo facto de haver em Angola três movimentos de libertação que não só não cooperavam uns com os outros como também se confrontavam” (Correia, 1995-1998)

Quando falamos de subversão em Angola temos de falar forçosamente dos movimentos importantes que foram a UPA (União das Populações de Angola), que posteriormente passou a chamar-se FNLA (Frente Nacional da Libertação de Angola), o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola) e a AM Angola, mais tarde chamada de UNITA (acrónimo de União Nacional para a Independência Total de Angola). Os três movimentos mostraram-se separados por largas divergências e rivalidades que conduziam por vezes a encontros armados no interior de Angola e constantes declarações de hostilidades feitas no exterior pelos seus dirigentes. Tanto o FNLA como o MPLA tinham a sua estratégia bem definida para alcançar os seus objectivos. Por exemplo o FNLA pretendia arruinar a economia de Angola atacando objectivos puramente económicos para acelerar a fase da revolução, de causar o caos e a desordem. O MPLA em 1968 também definiu as suas linhas de orientação no chamado “Plano para a Subversão Total de Angola”. Como é referido pelo General Chito Rodrigues neste plano foram salientados alguns tópicos como a generalização da luta armada a todo o território, a adopção de uma estrutura partidária e o desenvolvimento da política de uma Frente Nacional e a Constituição das Forças Armadas de Libertação.

Estes movimentos emancipalistas tinham uma organização exterior ao território angolano, materializado junto das fronteiras do mesmo. Este dispositivo era assim utilizado para construção de linhas de infiltração no Norte e a Leste sobretudo a FNLA, enquanto que o MPLA tinha as suas áreas de influência e actuação em todo o território Angolano através de pontos de apoio móveis, embora o Leste tenha sido a sua área de actuação preferencial. Outro movimento de igual importância foi a UNITA que passando a viver quase isolada do exterior, procurava suprir a falta de reabastecimento vindo dos países vizinhos. A UNITA foi fundada por Jonas Savimbi em 1966 que tinha como objectivo assegurar o apoio da maior etnia de Angola na altura, os *Ovimbundu*, à qual o próprio Savimbi pertencia. Segundo alguns autores a UNITA apenas realizava ataques junto do caminho de ferro de Benguela e ficavam sem agir durante meses. “Actuavam desta forma para justificar o apoio da Zâmbia” (Chito, 2011)

Capítulo 2 – A Subversão em Angola

Estes movimentos assumiram particular importância na medida em que no ano de 1961 operaram numa fase pré-insurreccional e nos finais deste ano passaram para a 2ª fase chamada agitação como foi descrita anteriormente. Esta fase localizava-se sobretudo no norte de Angola. Estas acções não foram pensadas com antecipação e contava com alguns factores de peso que deram origem a estas acções. Aquela região tinha mais de 600km de fronteira com o Congo, dos quais “330km são de fronteira absolutamente convencional” (Junta de Investigações do Ultramar, 1963). Esta região tornava-se bastante permeável a infiltração de grupos ou bandos armados. “Quando se fala em linhas de infiltração e rotas, elas referem-se a áreas do terreno em que a progressão das forças guerrilheiras era mais fácil pela própria natureza do terreno, e pela dificuldade que esta apresentava às nossas tropas” (CECA, 2006)

A região de Angola encontra-se a uma distância de 7000 km de Portugal e possui uma área de 1264314 km², catorze vezes a superfície de Portugal. Faz fronteira com três países: O Congo, a Zâmbia e a Namíbia. Este país possui características do terreno que favorecem o aparecimento de actividade subversiva na medida em que nesta região o terreno também é bastante arborizado e é bastante acidentado. “é muito extensa e é constituída por mais de 2000 quilómetros de montanha, pântanos, selva e caniçais” (Cann, 1998) Todos os rios que existiam são ladeados por florestas densas que eram linhas convidativas para penetração no território.”O rio Congo, que abarca parte da fronteira, está cheio de ilhas densamente arborizadas que fornecem excelente cobertura aos guerrilheiros” (Cann, 1998) .

Em Angola, o fenómeno subversivo que foi iniciado em 1961, “inseriu-se desde logo na 3ª fase”, (CECA, 2006) que é uma subversão violenta, de terrorismo e guerrilha. A preocupação desde o início foi evitar que o Inimigo orientasse as suas acções de modo a passar à fase seguinte. O adensar das bases dos movimentos subversivos e da sua expansão constituiu preocupações constantes para as tropas portuguesas. Para caracterizar a evolução do fenómeno ao longo dos anos começou por ser inserido na 3ª fase, mas a pouco e pouco vai passando para uma insurreição generalizada e no “final do processo a guerrilha vai-se transformando numa guerra do tipo clássica” (CECA, 2006).

Neste capítulo foi caracterizada a subversão na década de 1960-1970, quais os movimentos subversivos associados e qual a sua evolução. Fica assim respondido à primeira questão derivada: “Como se caracterizava a subversão em Angola na década de 1960-1970?”. No próximo capítulo vamos ver qual a acção e influência do General Costa Gomes nas operações de contra-subversão desenvolvidas no período em que ele foi comandante-chefe.

CAPÍTULO 3 - A ACÇÃO DO GENERAL COSTA GOMES

O General Costa Gomes quando foi nomeado para Angola estava no Quartel-Mestre do Exército, era então o responsável pela Logística do Exército. Quando o General Costa Gomes chegou a Angola, em Maio de 1970, deparou-se com uma situação que ficou caracterizada pela “abertura da Frente Leste”, “onde os três movimentos nacionalistas desenvolviam acções em larga escala” (Rodrigues, 2008). Em 1965 o adversário ainda não tinha aberto a frente Leste. Em 1969 a situação afigurava-se grave no Leste, tendo vindo a piorar a partir da abertura da frente em 1966 e os anos de 1969 e 1970. O MPLA encontrava-se isolado no norte do país desde 1967 a partir de então consolidou a sua posição no Leste de Angola ameaçando Nova Lisboa que era uma zona onde nasciam todas as linhas de água para o resto do território. Costa Gomes “possuía uma formação matemática do mais elevado nível, serviu-se da metodologia das ciências sociais exactas para a análise do fenómeno social da Guerra” (Afonso & Gomes, Os anos da guerra Colonial, 2010). Neste capítulo vamos fazer um levantamento das acções mais relevantes que o General Costa Gomes pôs em prática a partir do momento em que foi nomeado comandante-chefe da região de Angola.

3.1. A ALTERAÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO

Durante alguns dias o General Costa Gomes analisou toda a situação no território de Angola e orientou todo o esforço de guerra para a parte Leste de Angola, que “passou a constituir o cenário principal da acção das forças sob o seu comando, em detrimento das florestas dos Dembos e das margens do rio Zaire.” (Afonso & Gomes, Guerra Colonial, 2000). A chegada do General Costa Gomes veio trazer algumas oportunidades de decisão. “Dos primeiros ofícios que o General Costa Gomes escreveu apenas constavam duas ou três linhas que tratavam da necessidade de humanização da guerra” (Chito, 2011). Juntamente com o General Chito Rodrigues o General Costa Gomes elaborou um plano onde “Considerámos então que contrariamente ao plano “Angola em Armas”³, se deveria, respeitando, onde se revelassem vantajosas a coincidência das áreas de responsabilidade militar e civil e as linhas gerais do dispositivo” (Chito, 2011). “A Zona

³ Directiva Geral “Angola em Armas” de 30 de Março de 1969 – pretendia-se com este documento conseguir o desidrato de suster, reduzir e eliminar a subversão

Capítulo 3 – A acção do General Costa Gomes

A modificação dos dispositivo fez com que batalhões que estavam destinados ao norte de Angola, onde era feito o esforço secundário, que agora fossem colocados no Leste com vista a adensar da zona Leste. O General Costa Gomes também solicitou a Chito Rodrigues que esta zona Leste tivesse apenas um comando único. A zona Leste ficou assim organizada “em quatro sectores, um por cada distrito: Sector de Lunda (LDA), com o comando de Henrique de Carvalho, Sector do Moxico (MOX), sediado no Luso, sector Sudeste (SE) com o comando de Serpa Pinto e o sector do Bié (BIÉ), com a sede em Silva Porto, com um total de 13 batalhões e um esquadrão de Cavalaria, todos com sede nas localidades marcadas na Figura 1:

“Após esta reorganização o Comandante-Chefe definiu as bases de actuação militar, impondo uma estratégia totalmente inovadora.” (Nunes A. L., 2010).

Este estudo ia sendo diariamente actualizado e foi apresentado pelo, na altura Tenente-Coronel Chito Rodrigues, que foi Chefe da 3ª Repartição do Estado Maior (Operações) ao qual Costa Gomes respondeu “Isto é para executar”. A partir daqui saíram um conjunto de directivas sucessivas que além das articulações dos sectores criava também as Forças Especiais (4CCmd e 2CParas). A zona de Angola foi assim dividida em quatro zonas como demonstra a Figura 2:

Zona de Grau 1 – Zonas de Subversão violenta mais ou menos generalizada; (A verde)

Zona de Grau 2 – Zonas Envolventes das Zonas de Grau 1; (A amarelo)

Zona de Grau 3 – Zonas de subversão latente e manifestações esporádicas do inimigo; (A azul)

Zona de Grau 4 – Zonas sem subversão; (CECA, 2006) (A vermelho)

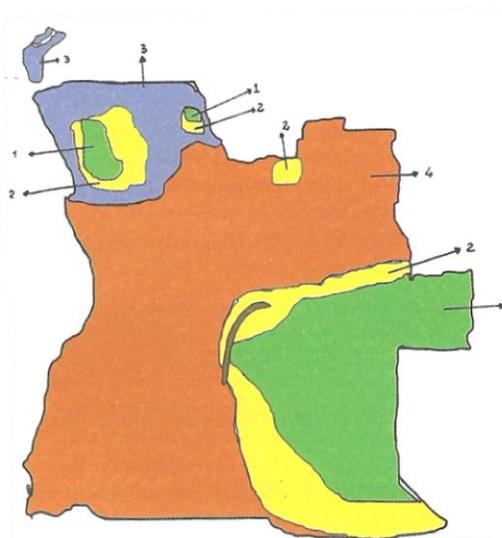


Figura 2 – Zonas de Subversão em Novembro de 1970

O General Costa Gomes considerou as de maior importância as zonas de grau 2 porque “as FA começariam a absorver progressivamente as de Grau 1, até empurrar o inimigo para fora do território angolano, no Leste ou de o destruir no Norte” (Nunes A. L., 2010)

Uma nuance destas áreas de subversão que foram definidas é que só no início de 1971 por despacho de 8 de Fevereiro, o Ministro da Defesa aprovou estas novas áreas de responsabilidade mas o dispositivo não se alterou porque já se encontrava anteriormente preparado. Um problema que o General Costa Gomes se deparou quando chegou a Angola foi que a estrutura de comando estava muito dispersa na medida em que existiam operações lideradas pelo Comandante, outras pela PIDE/DGS (Polícia Internacional da Defesa do Estado/ Direcção Geral de Segurança), operações dirigidas pelos pára-quedistas e ainda outras pelos Comandos. O que acontecia era que estas operações em nada contribuíam para o sucesso das operações e dos objectivos alcançados. A estrutura de comando passou a ser única “...com um Comando Conjunto, dos três ramos das Forças Armadas e em que foram descentralizadas e atribuídas responsabilidades operacionais e de Governo civil” (Chito, 2011) e o General Costa Gomes passou a comandar todo o tipo de operações no território de Angola. “Não me limitei a ser apenas um verbo de encher” e por isso “passei a comandar praticamente as operações” (Cruzeiro, 1998). Deste modo passaram ao Comando Operacional do CCFAA as zonas militares, os sectores não integrados nas zonas militares e o Comando de Defesa Marítima do Zaire, na parte referente à área terrestre sob a sua responsabilidade. De realçar neste aspecto que enquanto antes desta alteração a estrutura de comando situava-se fora dos locais de subversão, longe do perigo apenas realizando acções quando era necessário. Após esta reorganização o Comando situava-se no meio das populações, juntamente com os nativos e área envolvente era predominantemente uma zona de grau de subversão 1 e 2.

3.2. AFRICANIZAÇÃO DA GUERRA

Uma área que sofreu bastantes alterações no modo de funcionamento foi a utilização das “Forças Auxiliares”. Estas eram constituídas na sua maior parte por voluntários, que recebiam em troca roupa e comida, que constituíam uma parte activa na luta pela subversão. Este tipo de tropa foi bastante útil porque eram forças voluntárias mas de carácter permanente que conheciam com precisão o terreno, os hábitos e a língua da região onde viviam. Também foram criadas forças chamadas Tropas Especiais que eram

Capítulo 3 – A acção do General Costa Gomes

sobretudo constituídas por elementos dissidentes da FNLA e da MPLA. Assim, era possível tirar partido da experiência dos mesmos e dos seus conhecimentos de tática e organização do inimigo. “Para se tirar proveito das suas características especiais, de profundo conhecimento do terreno e perfeita adaptação ao mesmo, às Tropas Especiais foram atribuídas missões de contra-guerrilha activa e a realização de algumas operações especiais, não lhes sendo pedindo missões de rotina” (CECA, 2006). As Tropas Especiais eram cerca de 15 grupos num total de 619 homens em 1971 e estavam distribuídas por dois núcleos, um em Cabinda e outro na fronteira Norte.

Uma força auxiliar também importante foram os “Flechas”. “Os Flechas eram constituídos por pequenos grupos (25 a 30 homens) destinados a proteger aldeamentos onde estavam inseridos.” (Cruzeiro, 1998). Os Flechas eram grupos preparados e controlados pela PIDE e eram muito conhecedores do terreno e bastante temíveis. Os Flechas foram uma organização armada dependente da PIDE que surgiu em 1967 e foram utilizados nos três teatros de operações onde Portugal estava envolvido. A missão destes grupos começou por ser específica, ao nível de reconhecimento mas posteriormente alargaram para missões mais prolongadas e em conjunto com os Comandos. Estes grupos eram orientados e comandados pela PIDE mesmo depois de o General Costa Gomes estar no comando. As relações entre a PIDE e as Forças Armadas não estavam bem consistentes e davam origem a divergências frequentes que originava a que a PIDE actuasse independentemente. Com a chegada do General Costa Gomes a Angola as relações foram estabilizando e assim, foi criada uma comissão, a Comissão Coordenadora de Contra-Subversão em que os Flechas ficaram subordinados ao comando militar que os utilizava quando tinha necessidade. Costa Gomes apoiou-se bastante na cooperação com a PIDE no sentido de recuperar as populações onde foi obtido um grande sucesso no Norte e no Leste de Angola. Este sucesso foi obtido fundamentalmente porque as populações prestavam o seu apoio necessário para o sucesso das operações. “...não se ficou a dever principalmente à minha acção, mas sobretudo à adesão das populações às mesmas” (Cruzeiro, 1998), afirmou o General Costa Gomes.

Uma outra vertente militar onde o General Costa Gomes se apoiou foram as “Forças Auxiliares Estrangeiras”. Uma eram chamadas Fiéis cujo objectivo era a libertação e independência do Catanga, no Congo visto que esta força era constituída por antigos militares do Congo – Leão e eram oriundos do Catanga. Estas forças tinham-se revoltado e refugiaram-se em Angola com as suas famílias. Estas forças foram treinadas e equipadas pelas tropas portuguesas e mais tarde, após terem sido ultrapassado problemas de escoltas em itinerários a estas forças, até foram utilizadas em operações

de contra-guerrilha. Posteriormente, por um despacho do Ministro da Defesa Nacional onde foram integrados nas Forças Auxiliares. Na zona Leste de Angola, enquanto comandante o General Costa Gomes "...chegou a comandar 21500 homens, dos quais 11720 eram forças auxiliares" (Nunes A. L., 2010). Com o enorme sucesso alcançado por estas forças foi determinado o aumento da "gratificação" que era dada os Fiéis, assim como os seus uniformes e equipamentos com o objectivo de melhorar as suas condições. Este facto aumentava substancialmente o ânimo deste tipo de forças levando a estarem motivados para o seu sucesso. Este grupo reivindicava melhor e mais pesado armamento o que lhes sempre foi negado "com medo de caírem na tentação de entrarem no Zaire em atitude bélica" (CECA, 2006)

Outro grupo que assumiu particular importância foi os chamados "Os Leais". Os Leais eram "forças dissidentes do movimento de Kaunda instruídos por nós no Cazombo" (Cruzeiro, 1998). Estas forças eram constituídas por Zambianos e eram utilizadas pelo General Costa Gomes sempre que era necessário, garantindo assim uma zona tampão para impedir futuros guerrilheiros e incidentes naquela região.

Também os Grupos Especiais assumiram particular importância nesta altura. "Os Grupos Especiais eram totalmente constituídos por voluntários recrutados localmente que, não abandonando as suas actividades civis, tomavam parte activa na luta contra a subversão e na defesa do território nacional" (CECA, 2006). Estes grupos eram compostos por cerca de 31 elementos em 1974, chegaram a ser 97 Grupos Especiais. Eram empregues através de uma cadeia de comando e dependiam directamente do CCFAA que os accionava sempre que precisava deles. Estes grupos estavam distribuídos ao longo do território angolano mas foi com a acção directa do General Costa Gomes que a sua utilização se tornou mais evidente, sobretudo na parte Leste.

A preocupação de Costa Gomes não era "africanizar" a guerra totalmente mas sim utilizar pequenos grupos/forças que tivessem capacidade de realizar operações para proteger as populações. "As tropas africanas que estão a combater a subversão são cada vez mais numerosas. O treino e experiência que têm adquirido no decorrer destes longos anos de luta, tornaram os elementos das Unidade africanas excelentes profissionais." (CCFAA, 1972)⁵ Neste período assistia-se também a uma grande dificuldade financeira na metrópole para suportar as despesas de guerra uma vez que o recrutamento já tinha chegado à muito tempo ao seu limite. Costa Gomes conseguia aplicar de forma bastante calculista as teorias modernas de Contra-Insurreição em que se defende o recrutamento

⁵ Entrevista do Gen. Costa Gomes ao jornalista Jim Hoagland do "Washington Post" realizada em 1971 que está presente no livro "Extractos de Entrevistas que definem e doutrina sócio-político-militar do comandante-chefe das forças armadas em Angola", existente na biblioteca da Academia Militar.

local. “Os guerrilheiros tinham agora como inimigo, não tropas rotinadas como eram em geral as de quadrícula, mas tropas que actuavam como eles e dispunham de meios mais sofisticados, como o helicóptero” (Nunes A. L., 2010). Este tipo de recrutamento tinha enormes vantagens na medida que o soldado nativo tinha melhores condições de adaptação ao terreno, de recolha de informações e de avaliação da moral das populações, do dialecto, da comunicação com estas. Costa Gomes aplicou “até ao limite, os conceitos ocidentais modernos da chamada contra-insurreição” (Coelho, 2003). Em resumo e traduzindo em números no ano de 1972 (dados de 31 Dez) eram assim os seguintes efectivos excluindo os Flechas como vemos na Tabela 1: (CECA, 2006)

Grupos	Número de Grupos	Número de Homens
GE	91	2794
TE	17	569
LEAIS	3	90
FIÉIS	48	1300
TOTAL	159	4753

Tabela 1 – Efectivos do recrutamento em 1972 (excluindo os Flechas)

Uma outra medida que serviu para melhorar substancialmente a mobilidade e consequentemente a melhoria das capacidades de resposta aos inúmeros incidentes e impedir a infiltração de guerrilheiros deveu-se ao facto da utilização de cavalos e helicópteros, assim como equipas de intersecção constituídas na sua maioria por comandos e pára-quedistas equipados com helicópteros Puma.

A teoria difundida pelos manuais e directivas era de “nas zonas onde sabia existirem populações fugidas dos matos, conduzir a acção de modo a orientá-las para apresentação às autoridades portuguesas de levar as populações a compreenderem e aceitarem a sua reunião em aldeias” (Afonso & Gomes, Os anos da guerra Colonial, 2010)

Para o General Costa Gomes, o objectivo era conquistar as populações e não hostilizá-las e por isso ele era contra todos os métodos e acções que fossem contra este princípio nomeadamente a utilização de armas químicas e bombas de Napalm⁶, embora tenha reconhecido que anteriormente tenham sido utilizados mas nunca sob as suas ordens.

⁶ Bombas de Napalm são um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina que depois são misturados com agentes gelificantes que são posteriormente utilizados como arma militar. Este tipo de armamento está proibido pela ONU de ser usado contra populações e bens civis.

O que o General Costa Gomes tentou mudar e implementar em Angola foi também a tentativa de uma negociação com a UNITA. Após algumas tentativas de estabelecimento de relações com a UNITA, nomeadamente do General Bettencourt Rodrigues e do Governo Português houve uma certa abertura por parte da UNITA sabendo-se mesmo que o partido cessava qualquer acção contra os objectivos nacionais se fosse alcançado um acordo.”(...) terá levado a UNITA a enveredar por um entendimento, passivo de início, que lhe facilitava a vida. Às nossas tropas, dada a posição privilegiada da UNITA, perante os eixos de infiltração do MPLA, convinha-lhes esta situação e por isso foi aceite.” (CECA, 2006). Savimbi, chefe do movimento UNITA, aceitou a cooperação. “Portugal mandou para Savimbi medicamentos, munições, reparou armamento e enviou-o. Savimbi fornecia às Forças Armadas Portuguesas as informações sobre as bases, quer do MPLA quer da FNLA, que havia a norte do caminho-de-ferro ” (Correia, 1995-1998). Estas relações começaram por ser estabelecidas pelos madeireiros que trabalhavam na zona em que estes iam cortar madeira à zona da UNITA. Esta permitia através do pagamento de um imposto. Mais tarde estes madeireiros passaram a levar informações para os militares portugueses. Uma curiosidade deste acordo foi que Costa Gomes “sabia que o pai de Savimbi estava preso e a família era mais ou menos perseguida e vivia mal” (Gomes, 1995-1998), e que talvez tenha sido por isso que foi possível o acordo. No entanto, mais tarde, com a entrada do General Abel Hipólito, nomeado pelo General Costa Gomes para Comandante da Zona Militar Leste, o acordo foi cessado porque segundo o General Costa Gomes não tinha a “flexibilidade suficiente” e “tinha ideias bastante rígidas sobre a guerra subversiva” de maneira que aquela zona que já tinha deixado de dar problemas começou a dar de novo. Mesmo assim quando o General Costa Gomes foi transferido para outro cargo e teve de sair de Angola afirmou que “Quando saí de lá, não havia praticamente guerra” (Cruzeiro, 1998).

Em suma, a doutrina portuguesa de Contra-Subversão tinha muitos princípios elementares, regulamentos e estruturas que tinham como objectivo estabelecer boas relações com as populações locais. Estas relações eram mantidas como fossem relações de boa vizinhança. Das tropas portuguesas recebiam apoio sanitário elementar, alguma actividade escolar, algum apoio à construção de infra-estruturas. Por vezes as relações não eram assim tão boas como era de esperar e por falta de flexibilidade da parte da tropas portuguesas ou por falta de adequação prática das teorias e dos manuais à realidade o sucesso por vezes foi difícil de alcançar.

3.3. O SISTEMA DE INFORMAÇÕES, AS MANOBRAS SOBRE A POPULAÇÃO E ACÇÃO PSICOLÓGICA

Foram também definidas neste âmbito as chamadas manobras sectoriais, vulgarmente conhecidas apenas de “Manobras”. Estas incluíam: as manobras no terreno, que visava “construir inúmeros quilómetros de estrada alcatroada e pistas de todos os tipos para permitir a aterragem de toda a espécie de aeronaves” (Nunes A. L., 2010); as manobras sobre as populações que era encarada como o desenvolvimento das províncias; a acção psicológica que era feita através de cartazes, panfletos, construção de infra-estruturas entre outras e não menos importante a manobra de informação que “possibilitou conhecer toda a actividade dos movimentos independentistas (...)” (Nunes A. L., 2010).

O sistema de informações foi reestruturado para se poder concretizar eficazmente a manobra operacional. “...as informações é das coisas que na guerra, neste tipo de guerrilha, as forças coloniais mais precisam para saber onde estão os guerrilheiros, porque os guerrilheiros são muito móveis, portanto elas são decisivas” (Correia, 1995-1998).

As informações eram particularmente importantes porque permitiam compreender facilmente toda a acção que estava a ser desenvolvida em todas as fases da subversão.” Para fazer face às informações no exterior, havia uma penetração fácil na RDC (República Democrática do Congo), mas praticamente inexistente na Zâmbia, pelo que se tornou necessário estabelecer postos da DGS em Mussuma e Rivungo que, rapidamente, começaram a obter notícias” (CECA, 2006). A construção do sistema das informações era da responsabilidade do exército e tinham como objectivo apoiar as suas operações contra o inimigo. Assim eram realizados diversos reconhecimentos no terreno pelotões de informações que eram bastante valiosos sobretudo se fossem tropas experientes que conseguiam deduzir informação através de pequenos detalhes, por exemplo o estado das latrinas dos acampamentos. A população também era uma fonte importante na obtenção de informações que aumentava exponencialmente quanto mais era o nível de confiança nos soldados portugueses. Para complementar este sistema de informações eram também feitos reconhecimentos aéreos para conhecer bem a área onde o exército operava e também para avaliar a presença de populações ou insurrectos. O sistema de informações era também complementado por informações obtidas através de

guerrilheiros apreendidos, por documentos apreendidos e por agentes infiltrados e informadores.

A Acção Psicológica durante este período foi bastante intensificada o que conduziu a em áreas de fraca intensidade⁷ de subversão a presença das tropas portuguesas revela-se um factor dissuasor mas em zonas bastante subvertidas era bastante difícil a abordagem assistindo-se por vezes a uma violência desnecessária ou desproporcional. “A partir de 1967, porém, entendeu-se decididamente que a luta em África não podia ganhar-se sem a confiança das populações e que isso passava também pela resolução das suas mais prementes necessidades e desejos” (CECA, 2006). Foram tomadas algumas medidas em Angola durante o tempo em que o General Costa Gomes exerceu a sua função no terreno tais como Apoio Escolar, Assistência Sanitária, Apoio Religioso, Ensino Técnico Profissional, Acolhimento de crianças desfavorecidas, entre outras acções.” Numa 1ª fase tentar-se-ia resolver os problemas primários e imediatos das populações; na 2ª fase, procurar-se-ia provocar um desenvolvimento sócio – económico que permitisse às populações obterem bens para comercializar, participando progressivamente numa economia de mercado e na 3ª fase, previa-se integrar algumas áreas seleccionadas nos planos de desenvolvimento regional” (CECA, 2006)

O Manual de Acção Psicológica que vigorava na altura ainda era a directiva N°2 de Acção Psicológica, embora já existisse um manual elaborado pelo Estado Maior. O General Costa Gomes tinha objectivos bem específicos com esta manobra de acção psicológica, mas para os portugueses interessava “realizar livros, artigos, entrevistas, palestras e trabalhos de variada índole mas para o público” (CECA, 2006). Os cartazes mais comuns a circular entre as populações diziam “Apresenta-te à TROPA, levanta os braços”, “Apresenta-te, terás dinheiro para comprar comida e roupa”, “Vem construir a tua casa, pensa na saúde e educação dos teus filhos”, entre muitos outros.

Foram utilizados diversos meios para a efectuar a acção psicológica. Entre eles destacámos os meios de comunicação em especial os contactos pessoais (Tropas Regulares e Irregulares), a Imprensa Militar (Boletins e Jornais de Unidade), Programas de Rádio Militares, Cartazes, Panfletos, Fotografia, Cinema, Centros Informativos das Unidades e dos Povos, Exposição documentais, de material capturado, Colóquios, Conferências e Seminários, Meios sonoros terrestres e aéreos e Serviços de Informação e Relações Públicas Militares para ligação à Imprensa e Rádio Civis.

⁷ Fraca intensidade no sentido de que as tropas nestes locais eram mal treinadas (cursos rápidos de três meses) e o armamento que possuíam era ligeiro e antigo

“No âmbito da acção psicológica existiu ainda um plano que Costa Gomes colocou em prática que foi o chamado Projecto de Extensão Rural. Este, segundo o General Costa Gomes foi o “projecto mais maravilhoso que se pode imaginar” (Gomes, 1995-1998). Este projecto não foi criado pelo General Costa Gomes mas foi colocado em prática numa das regiões mais populosas de Angola que era o Andulo. Nesse projecto, com a ajuda de um Doutor Alemão chamado Possinger⁸, foram equipas de homens e mulheres que “ ensinavam às mulheres da zona onde trabalhavam como é que deviam cozinhar e utilizar os produtos para a alimentação, não só das pessoas adultas como também das crianças.” (Gomes, 1995-1998). Esse projecto teve um enorme sucesso e as pessoas começaram a viver melhor.

3.4. RESULTADOS

Os resultados obtidos desta reorganização do dispositivo no território angolano que ficou conhecida como a batalha do Leste fora ganha e o MPLA e a FNLA ficaram completamente desorganizados não só no Leste como a nível global. “Angola estava livre de guerrilha, as populações aderiram definitivamente às autoridades e passou a poder-se circular por todo o território de Angola, sem escoltas por áreas até então impensáveis” (Nunes A. L., 2010). “O Comando da ZML foi o único dos Comandos dos três Teatros de Operações da Guerra de África a ser louvado como tal, por relevantes e distintos serviços que prestigiaram as Forças Armadas, as Instituições e a Nação. (Ordem de serviço do CCFAA Nº2 42. De 22 de Agosto de 1972). Numa entrevista cedida a uma revista local de Angola o general Costa Gomes afirma “Quanto aos resultados obtidos pelo terrorismo, o número de raptados – uma fonte de alimentação dos movimentos subversivos – mercê das medidas de autodefesa dos povos que têm sido tomadas passou de 7477 em 1968 para 1254 em 1971. Por outro lado o número de mortos militares em 1971 (85) foram inferiores em 30% à média dos anos anteriores”⁹ A percentagem de recrutamento local aumentou neste mesmo período passando de 32,65% para 40,10% no final deste ano¹⁰ como podemos verificar no Gráfico 1 onde é demonstrado o evoluir do efectivo de Angola com ênfase no recrutamento local: (CECA, 2006). Um dado interessante de observar é o que acções ofensivas por parte do Inimigo no ano de 1971 foram as mais baixas desde o início da guerra situando-se em apenas 10.9% enquanto que a média dos anos

⁸ Possinger teve enorme sucesso no Brasil e foi por isso que foi indicado para realizar este projecto em Angola

⁹ Revista VIDA MUNDIAL, Nº1737 (1972)

¹⁰ Dados referentes ao global das forças armadas.

anteriores foi de 21.1%.¹¹. Assim também a actividade geral do IN a partir de 1970 baixou substancialmente como verificamos no Gráfico 2 constante no ANEXO B.

Também “a área de subversão activa, que era de 36% no início de 1970, passou para 32% em meados desse ano, para ser em Janeiro de 1971 de 20%. Em Janeiro de 1972, essa percentagem desceu para 8% e em Janeiro de 1973 para 2% sendo praticamente nula quando ocorreu a revolução do 25 de Abril de 1974” (Nunes A. L., 2010).

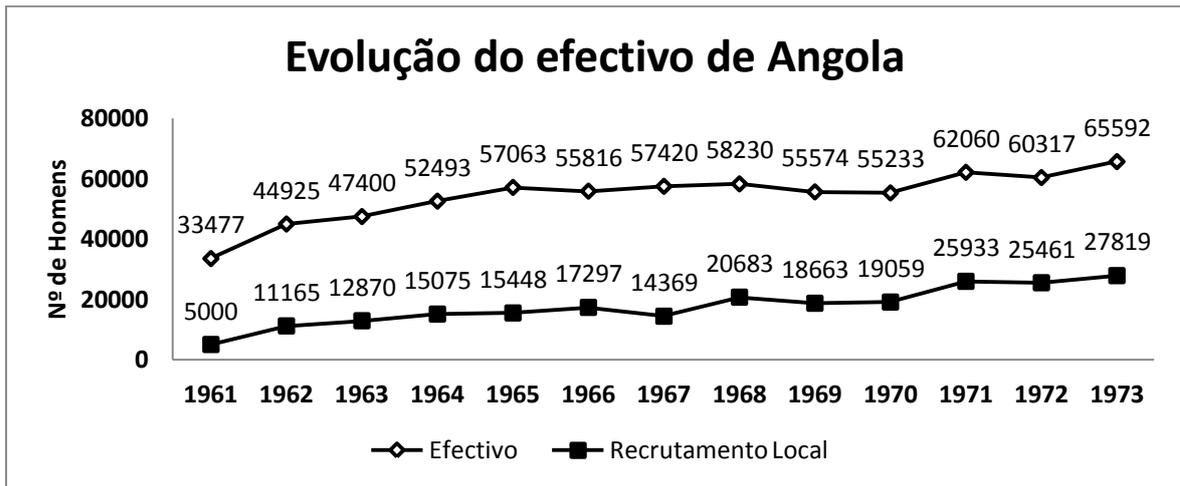


Gráfico 1 – Evolução do efectivo de Angola

Neste capítulo foi elaborado um estudo acerca da manobra de contra-subversão que assistimos em Angola, durante o tempo que o General Costa Gomes assumiu o comando das operações assim como os movimentos subversivos que fizeram frente às tropas portuguesas. Fica assim respondido à questão derivada que foi levantada no início deste trabalho que era a caracterização da manobra contra-subversiva sob o comando do General Costa Gomes.

Assim, as acções de comando do General Costa Gomes que assumiram maior destaque foram a alteração do conceito estratégico, manobrando o dispositivo para a frente Leste de Angola, a guerra tornou-se muito mais virada para o apoio às populações em vez de as considerar como um inimigo a abater. Foi também intensificado o uso de tropas nativas que ficou conhecida como a africanização da guerra que constitui uma das mais importantes acções do General Costa Gomes.

“Costa Gomes entendia a sua função de comandante de forças empenhadas numa guerra como um trabalho que tinha de ser bem feito e não como uma missão histórica ou um destino a cumprir. Era um anti-herói, um anti-messias e talvez não seja correcto falar de um

¹¹ Dados obtidos através de uma entrevista concedida à entrevista PRISMA em Abril de 1971

Capítulo 3 – A acção do General Costa Gomes

“solução Costa Gomes”, mas sim de um “método Costa Gomes” de abordagem da realidade da guerra num dado contexto” (Afonso & Gomes, Os anos da guerra Colonial, 2010). Interessa agora verificar neste trabalho a grande importância que a liderança assume neste tipo de conflitos e a forma de como a liderança influencia a forma de conduzir as operações num determinado tipo de conflito que é estudado no capítulo 4.

CAPÍTULO 4 - A LIDERANÇA NA SUBVERSÃO

Neste trabalho vai ser referido a importância que a liderança assume nos conflitos da actualidade e a maneira, a forma de como a liderança influencia a conduta das operações.

A subversão e a contra-subversão nos conflitos actuais têm vindo a tornar-se problemas sérios há alguns anos para cá e em variados estudos que têm sido feitos todos apontam para que o sucesso em derrotar os insurgentes consiste em perceber as populações, a sua maneira de pensar, diferente por vezes bastante diferente. Por vezes as forças de segurança não deverão ser utilizadas apenas para destruir os insurgentes mas sim para proteger as populações.

Muitas vezes o sucesso das mesmas operações está bastante dependente de uma pessoa, normalmente quem comanda, e esta tem nas mãos o futuro de uma população, de uma civilização quem sabe.

Um conceito trazido por Mark Moyar é o de “leader centric” warfare. No livro “A Question of Command” é-nos trazido este conceito que se define que: uma liderança correcta a alto escalão trará normalmente o sucesso das operações de contra-subversão. Normalmente estes líderes têm um padrão elevado de formação do que os seus seguidores e diferentes motivos. É essencial então que existam líderes capazes de comandar operações que tenham sucesso que têm sido incessantemente explorados para o fazer. Claro que este tipo de líderes terá de ter determinado tipos de atributos que são próprios nos líderes em operações de contra-subversão. No livro de Mark Moyar são definidos alguns atributos que os líderes envolvidos em operações de contra-subversão deverão possuir. Para chegar a estas conclusões o autor estudou diversos conflitos no âmbito da liderança desde a guerra civil americana, o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Iraque, o Afeganistão entre outros. Assim dos conflitos que foram analisados Mark Moyar conseguiu identificar as seguintes características. Assim os líderes deverão ter: Iniciativa, Flexibilidade, Criatividade, Julgamento, Empatia, Carisma, Sociabilidade, Dedicção, Integridade, Organização.

Claro que apenas estes atributos não serão necessários para se fazer um bom líder, existem outros factores agregados como é o caso da experiência em situações

Capítulo 4 – A liderança na Subversão

semelhantes. “A experiência pode aumentar os atributos de liderança, fornecer conhecimentos importantes sobre liderança e de contra-subversão”^{*12} (Moyar, 2009)

Mark Moyar utiliza um modelo de análise no seu livro que vai ser tomado como referência. No último capítulo do seu livro o autor descreve e traça o que se pode chamar de um modelo para uma boa liderança nas operações de contra-subversão. Além das características já mencionadas os líderes podem desenvolver essas mesmas características “ identificando as deficiências dos seus atributos e desenvolve-las nessas áreas” (Moyar, 2009).*

Até é dito que para “aqueles candidatos que nunca foram ensinados em situações de liderança, testar os 10 atributos é a melhor maneira de ter sucesso nas operações de contra-subversão”. (Moyar, 2009).

Relativamente ao desenvolvimento das características de liderança é referido que estas características têm ser desenvolvidas num clima onde possam ganhar alguma experiência embora a liderança efectiva não seja só constituída por acumulação de experiência. A doutrina, o treino e a educação contribuem para um desenvolvimento assertivo das características da liderança e constituem em grande avanço juntamente com o estudo de experiências passadas, o contacto com os comandantes e o desenvolvimento pessoal. O autor sugere que aqueles jovens oficiais que mostram capacidades de liderança elevadas devem ser logo encaminhados preferencialmente para as armas combatentes, operações de âmbito civil ou cursos de Operações Especiais.

Num outro livro, o do General Belchior Vieira intitulado Liderança Militar, é-nos dito que são factores essenciais e assumem particular importância as Instituições Militares, a experiência operacional e o auto-desenvolvimento tal como é referido também por Mark Moyar. “O Exército necessita de líderes com a aptidão para olhar para além das preocupações do tempo de paz e capazes de executarem as suas missões de guerra mesmo depois de longos períodos de paz” (Vieira, 2002).

Neste mesmo livro é feito um levantamento das características que um líder deverá ter para ter sucesso na sua acção. Segundo (Vieira, 2002) as características que deverão possuir um líder são “...a apresentação (aparência), a coragem, a capacidade de decisão, a confiança (segurança), a capacidade de resistência, o entusiasmo, a iniciativa, a integridade, o discernimento, o espírito de justiça, a competência, a lealdade, o tacto e a generosidade”. Estas características são comuns a um leque alargado de todos os

¹² *A tradução é da responsabilidade do autor

Capítulo 4 – A liderança na Subversão

líderes, contudo assistimos a um conceito que é a liderança nas operações de contra-subversão. Existe também um conjunto de princípios enunciados em manual americano (FM 3-24, 2006) que define o que é a liderança nas operações de contra-subversão. De acordo com esta publicação as operações de contra-subversão “requerem paciência, presença e coragem” (FM 3-24, 2006). Segundo este manual o comandante deve ser capaz de manter a ética em combate agir sempre de modo proporcional e deve ser perfeitamente capaz de distinguir os civis que são combatentes e os que não o são. Assim são variadas as novas características e as aptidões que devem ser tomadas em conta como a sensibilidade cultural de uma determinada região, a capacidade de aprender novas línguas e costumes. Os novos líderes terão de ser capazes de resolver os conflitos sem o uso da força tal como era intenção do General Costa Gomes durante os anos de 1970-1972 em Angola. Assim sendo as características que consideramos transversais aos conflitos da actualidade que mais se destacam são a coragem, tanto no sentido moral como físico e o discernimento visto que é “é a aptidão para apreciar e avaliar os factos e as possíveis soluções em que se baseiam as decisões correctas” (Vieira, 2002) e a capacidade de decisão. Estas características de liderança podem ser atravessadas por um denominador comum num conceito que é chamado o bom senso. Sem bom senso a coragem pode-se tornar em loucura ou e a capacidade de decisão em demora ou precipitação na tomada de decisão.

Vimos neste capítulo que a liderança é um assunto desde muito cedo estudado, mas que assume particular importância na nova tipologia de conflitos da actualidade e que tem vindo a ser estudado cada vez mais por mais autores e cada vez com mais profundidade. Neste capítulo fica assim respondido à questão derivada que nos propusemos no início do trabalho que era realçar a importância que a liderança assume nas operações de contra-subversão. Interessa para este trabalho também fazer uma caracterização de como é caracterizado o fenómeno subversivo na actualidade e quais as características que são comuns ao fenómeno subversivo na década de 1960-1970. Assim no próximo capítulo é caracterizado tanto o fenómeno subversivo como o empenhamento nacional destacado para o cumprimento das missões definidas superiormente.

CAPÍTULO 5 - A SUBVERSÃO NA ACTUALIDADE

Neste capítulo é feita uma descrição do fenómeno subversivo na actualidade, que se tem alterado ao longo dos tempos. Assistimos cada vez mais a fenómenos de crime organizado internacional, terrorismo e ao aparecimento de uma corrupção generalizada um pouco por todo o mundo. Na realidade este é um fenómeno à escala global, que sofreu grandes alterações depois da queda do muro de Berlim. Hoje os perigos são vários, complexos, imperceptíveis e estão sempre em constante mudança. “Hoje, a violência global é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir de qualquer lugar” (Garcia F. P., 2008). O fenómeno subversivo é manifestado em todo o mundo e possui grandes capacidades de destruir estados inteiros, de recrutar pessoas e de actuar em qualquer parte do planeta. “As ameaças são Estados-Nação, organizações pessoas, grupos, condições ou fenómenos naturais com capacidade para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais ou instituições” (Antunes, 2010).

Com o fim da guerra fria a conjuntura internacional sofreu profundas alterações onde a ameaça que tinha coordenadas bem definidas desapareceram dando lugar a um período de instabilidade. “Uma das características mais importantes da actual ameaça é a sua capacidade adaptativa, evolutiva e transformacional” (Antunes, 2010).

Caracterizada pela ausência de uma ordem hierárquica estabelecida internacionalmente os estados tendem a adoptar medidas que fortalecem as suas condições de segurança. O mundo passou a ser um conjunto de pequenos actores capazes de exportar a própria instabilidade. “São guerras irregulares, estrutural ou temporariamente assimétricas, sem frentes, sem bases, sem uniformes, sem respeito pelos limites territoriais, de objectivos fluidos, de combate próximo” (Garcia F. P., 2007) “...estando os combatentes misturados com a população que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca.” (Garcia F. P., 2006) “Estas guerras hoje não são apenas mais comuns do que no passado mas são também estrategicamente mais importantes e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo.” (Garcia F. P., 2006).

No entanto convém enunciar alguns princípios da tipologia dos conflitos actuais e das suas diferenças com a da guerra convencional. O combate actualmente é “conduzido no seio da população com a finalidade de obter o poder político em vez da supremacia militar sobre um adversário, que indica que as forças militares, embora importantes, não são necessárias” (Antunes, 2010). Também “a ênfase na guerra irregular é na

abordagem indirecta, evitando a confrontação directa entre forças irregulares e as forças regulares, cuja finalidade é exaurir o adversário para lhe quebrar vontade de combater” (Antunes, 2010)

Vejamos que a subversão na actualidade está de tal forma generalizada de forma caótica que podemos assistir a ultrapassagens na fases da subversão “ saltando-se etapas da primeira directamente para a terceira” (Garcia F. P., 2007) . “Alguns autores como Mackinlay e Steven Metz já consideram que o apoio da população já não é estritamente necessário” (Garcia F. P., 2007) uma vez que os movimentos subversivos precisam “apenas de garantir as fontes de abastecimento e instalações que lhe permitam fazer chegar os recursos do Estado, ou que deles resta, ao mercado internacional” (Garcia F. P., 2007). As cidades são ainda o meio privilegiado dos movimentos subversivos para desenvolver as suas acções uma vez que se misturam com a população com mais facilidade e surgiram um pouco por todo o mundo movimentos que exploravam e desafiavam a integridade do Estado, pondo-o à prova na tentativa de o derrubar.

Nos documentos oficiais de defesa nacional está espelhado no conceito estratégico de defesa nacional (CEDN) que “...embora este novo ambiente estratégico tenha atenuado as ameaças tradicionais de cariz militar, fez surgir factores de instabilidade, traduzidos em novos riscos e potenciais ameaças, de que os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 são o paradigma”¹³

5.1. O NOVO ESPECTRO DOS CONFLITOS MILITARES

Como já vimos anteriormente, o novo sistema político alterou-se significativamente, dando lugar a operações que são muitas vezes desenvolvidas em cidades ou fora delas.

Desde 2001 que assistimos a um clima de imprevisibilidade, a riscos múltiplos, que obrigaram as FA dos vários países a redefinir a sua política de segurança e a desenvolver o seu campo de actuação modificando assim o espectro de acções militares.

Para obter uma caracterização da tipologia de conflitos que podemos actualmente constatar baseamo-nos no livro de Rupert Smith¹⁴, A Utilidade da Força - A Arte da

¹³ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Resolução do Conselho de Ministros nº6/2003 no Diário da República, nº16 de 20 de Janeiro de 2003, I Série – B.

¹⁴ General Sir Rupert Smith é um dos mais destacados militares britânicos. É autor de variados artigos em revistas e de muitas recensões assim como do livro A utilidade da Força – A Arte da Guerra no Mundo Moderno.

Capítulo 5 – A subversão na actualidade

Guerra no Mundo Moderno, podemos verificar que o autor define como uma nova tipologia os objectivos pelos quais se está a lutar. Assim, actualmente combate-se no meio das pessoas, os conflitos tendem a ser intemporais, combate-se para preservar a força, em cada nova ocasião são encontradas novas formas de emprego para armas e organizações antigas, as partes são maioritariamente actores não-estatais. O autor também identifica quatro funções estratégicas que são: melhorar, conter, deter ou coagir e destruir.

Este novo espectro de operações “...muito se deve ao aumento do crime organizado, apoiado pela evolução tecnológica e fronteiras livres, incrementam o tráfico de droga, pessoas e armas de destruição em massa, que, conjugado com os conflitos étnicos, religiosos e culturais torna-se um problema explosivo para todas as Nações...” (Escola Prática de Infantaria, 2009)

Vamos ver algumas características da realidade das operações actualmente. Para tal vamos baseamo-nos ao artigo “Emprego Tático de uma Unidade de Escalão Companhia para Actuar em Todo o Espectro das Operações num Cenário de Contra-Subversão” da Revista Azimute de Dezembro de 2009 que o autor sintetiza através de uma colectânea de vários artigos sobre o assunto. Assim vemos que nos conflitos actuais, que se desenrolam maioritariamente em cidades.

1. Assistimos cada vez mais à presença de não combatentes, de civis que condicionam as Regras de Empenhamento (ROE).
2. As operações decorrem em ambiente tridimensional, na medida em que os combates desenrolam-se no interior de edifícios, sub-solo ou tudo em simultâneo.
3. Existem cada vez mais dificuldades em reconhecer o adversário
4. A presença dos meios de comunicação social mostra que muitas vezes a estratégia do mais fraco é vencer nos meios de comunicação social.
5. Cada vez mais é mais difícil o comando e controlo das forças no terreno e mais difícil é o seu logístico pela velocidade das operações.
6. O apoio dos meios aéreos é cada vez mais complexo devido aos danos colaterais tal como o emprego de apoio de fogos artilharia e morteiros e o seu uso está condicionado pela opinião pública.
7. Cada vez o espaço de manobra nas operações é mais limitado obrigando ao uso de tropas apeadas.
8. A área de operações constitui também um importante factor na medida que existem áreas e infra-estruturas críticas tal como hospitais, locais de culto, escolas, etc.

5.2. O EMPENHAMENTO NACIONAL

Actualmente podemos assistir a uma panóplia elevada de conflitos e destes podemos identificar alguns onde é possível identificar índices de subversão elevados. A queda do muro de Berlim foi um acontecimento que marcou decisivamente a alteração de um modo geral da polaridade do mundo. Passou-se a assistir a um sistema multipolar que também alterou consideravelmente o conceito de segurança e defesa. Nesta visão multipolar as Forças Armadas começaram-se a preparar para este novo tipo de missões e surgiram então no início de 1992 a necessidade de utilizá-las segundo o conceito definido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na publicação doutrinária do Exército é definido o seguinte: “Numa luta abertamente subversiva, passa-se de um problema de ordem pública a outro de ordem política, em que a intervenção das Forças Armadas passa a ter cabimento, a partir de uma declaração do Estado de Sítio ou, em algumas circunstâncias, mesmo do Estado de Emergência, devendo adaptar-se a sua organização, no geral, às condições da luta contra a subversão.” (PDE 3-09-00, 2010). De acordo com esta publicação a luta contra a subversão não deve ser improvisada, além de outros factores as informações têm um papel especial torna-se então necessário “um estudo do meio humano e o controlo da população para : melhoria das suas condições de vida, eliminação das causas da subversão e preparação do adequado emprego das forças, se e quando necessário” (PDE 3-09-00, 2010).

As FA participam actualmente em Operações de Apoio à Paz (OAP) que actuam muitas vezes em ambiente subversivo. Podemos de facto falar de um paralelismo existente entre as operações realizadas actualmente e as operações que foram efectuadas durante a guerra colonial.¹⁵ Tanto nas operações de OAP como as operações de contra-subversão estão subordinadas à vontade de decisão política e “ visa ganhar tempo até que a manobra política encontre uma solução que possibilite o retorno a um clima de estabilidade” (Garcia F. P., 2007)

Temos de ter em conta que enquanto as actuais operações se tratam de pequenas unidades que são destacadas para uma determinada operação num país que não é o Português, durante a guerra colonial as missões eram realizadas num esforço de guerra

¹⁵ Existe um estudo de Miguel Freire publicado no Jornal do Exército de Agosto - Setembro de 2001 que é efectuada uma análise comparativa entre as missões realizadas no Teatro de Operações do Kosovo, com as missões das unidades de quadrícula referentes ao manual “Exército na Guerra Subversiva, Vol II – Operações contra bandos armados e guerrilha”

total em que todos aqueles que podiam eram mobilizados para os teatros de operações e eram desenvolvidos em território que na altura era considerado nacional. “...se em África procurámos afirmar a nossa soberania, hoje implementamos mandatos estabelecidos pela Comunidade Internacional” (Garcia F. P., 2007).

Podemos encontrar uma relação durante o período em que o General Costa Gomes chamava de acções (que englobava acção psicológica, informações, recrutamento de populações, etc) hoje em dia temos as acções de cooperação entre as organizações civis e os militares CIMIC/CMA (*Civil Military Cooperation/Affairs*) em que estas “...concorrem para a promoção da vida das populações, procurando ir ao encontro das suas necessidades, melhorar as suas condições de vida e transmitir-lhes um clima de paz e confiança...” (Garcia F. P., 2007). Como foi referido anteriormente a manobra de informações foi bastante importante e significativa durante a guerra colonial. Na actualidade e na actual doutrina temos várias formas obter informação para estabelecer o contacto com as populações: as equipas de HUMINT (*Human Intelligence*)¹⁶, operações de INFOOPS (Através de Operações de Informação), operações PSYOPS (Operações psicológicas) através de unidades específicas que concorrem para o tratamento de notícias que são o ISTAR¹⁷. Neste âmbito também poderemos estabelecer uma relação próxima daquilo que se efectuou durante a guerra colonial e o que está a verificar na actualidade e que têm “uma completa aplicação em ambientes subversivos” (Garcia F. P., 2007).

O que actualmente se utiliza para estar mais próximo das populações são os intérpretes e os tradutores que foram utilizados ao longo da guerra colonial mas de um modo mais intensivo durante o período que o General Costa Gomes foi comandante-chefe como vimos no Gráfico 1 no Capítulo 3. “A utilização de intérpretes e tradutores nas OAP (...) são uma preciosa ajuda no contacto com as populações, minorando dificuldades de entendimento/relacionamento” (Garcia F. P., 2007).

Vemos assim que os princípios que regiam as operações durante a guerra colonial não fogem muito aos princípios que são hoje utilizados nas operações de contra-subversão, muitas vezes só mudaram de nome como vemos no Quadro 1, e que deram origem a “...doutrina dos EUA que foi produzida com base em obras de referência sobre o fenómeno da subversão e contra-subversão mundial e, acima de tudo, à semelhança da doutrina portuguesa de 1966, baseada na experiência e lições aprendidas nos teatros de operações do Iraque e Afeganistão.” (Antunes, 2010).

¹⁶ HUMINT é a informação obtida através de meio humano

¹⁷ Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance (Informações, Vigilância, Aquisição de Objectivos e Reconhecimento)

Capítulo 5 – A subversão na actualidade

Assim neste capítulo vimos a caracterização da subversão da actualidade assim como a relação com as características da subversão na década de 1960-1970 onde é realizado um paralelismo das características, das diferenças e da relação que existe entre estas duas épocas no âmbito da subversão. Fica assim respondido à quarta questão derivada que foi levantada no início do trabalho que era:” Como se caracteriza a subversão na actualidade e qual a relação com os as características da subversão na década de 1960-1970?”.

	Guerra Colonial (Angola)	Actualidade
Tipologia das operações	Missões soberania Serviço Militar Obrigatório Mostrar presença	Mandatos estabelecidos pela Comunidade Internacional Mostrar presença
Tipo Inimigo	Movimentos Subversivos: MPLA, FNLA, UNITA embora por vezes se misturassem na população A população necessita de ser conquistada para a continuação das operações.	Difícil percepção devido à sua fluidez com a população. A população apenas necessita de permitir as operações.
Acção Psicológica	Panfletos, Fotografia, Imprensa, Rádio,etc Contacto com a população	Acções CIMIC/CMA PSYOPS Contacto com a população
Informações	Troca de Informações por serviços/acordos. Contacto com a população. Utilização de Intérpretes	HUMINT INFOOPS ISTAR Utilização de Intérpretes
Objectivos	Operações de Contra-Subversão - Visam ganhar tempo para obter uma solução política	Operações de Contra-Subversão - Visam ganhar tempo para obter uma solução política OAP – Visam ganhar tempo para obter uma solução política

Quadro 1 – Quadro comparativo entre Guerra Colonial e a actualidade

CAPÍTULO 6 : CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As justificações para a subversão podem ter várias causas como vimos anteriormente. Devido a este fenómeno subversivo, que não é um conceito novo, foi importante neste trabalho o relacionamento que foi efectuado com a guerra subversiva praticada durante a guerra colonial. Assim, foi realizado uma descrição do fenómeno subversivo que foi praticado pelos movimentos subversivos em Angola na década de 1960 – 1970 e realizado um levantamento das acções mais importantes levadas a cabo pelo comandante-chefe, General Costa Gomes.

A liderança assume particular importância no fenómeno subversivo e chegou-se à conclusão que um determinado comandante em operações de contra-subversão deverá ser possuidor de um conjunto de características tais como o bom senso, a ponderação, a capacidade de lidar com o escalão superior. Nas operações actuais o comandante tem de estudar muito bem a sua missão e ser possuidor de conhecimentos profundos do inimigo que vai encontrar, da sua doutrina e dos seus objectivos para ter a capacidade de resolver os problemas em tempo certo. Desta forma, o contacto com outros comandantes é essencial e a passagem por teatros de operações onde os comandantes possam desenvolver este tipo de características, embora não se desenvolvam pelo simples acumular de experiência. O General Costa Gomes era uma pessoa que daquela panóplia de características de liderança destaca-se a Flexibilidade, o Julgamento, a Dedicção, a Integridade e a Organização.

Assim, fazendo uso da sua formação como matemático, e sendo uma pessoa fria e racional, compreendeu perfeitamente a situação política e militar de Angola e alterou o esforço de guerra de Norte para Leste a atribui o comando dessa zona a um comando único, sendo ele o comandante. O General Costa Gomes, atribui zonas militares e não tinha o seu quartel-general na metrópole, como tinha sido anteriormente definido. Este conjunto de acções, tal como a utilização de um eficiente sistema de informações, da africanização da guerra, da acção psicológica, permite-nos identificar os factores de sucesso do General Costa Gomes que vai de encontro à problemática por nós levantada no início do trabalho.

O General Costa Gomes, apesar de não ser um comandante tipicamente carismático na sua liderança conquistou a confiança dos seus homens através de ter o seu quartel-general no meio das populações, e ter a mesma vivência das populações nativas. Nos conflitos da actualidade também podemos fazer esta associação na medida em que se o

Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações

comandante tiver o seu quartel-general numa zona segura e realizar as acções com vista a obter o apoio das populações não vai surtir resultados positivos. As povoações vão desconfiar sempre de qualquer tipo de força que tente conquistar as populações. O comandante das operações da actualidade tem de saber que só conquistando as populações é que se consegue ter sucesso, e conquistar as populações não é fácil. Podemos afirmar que o General Costa Gomes não inventou nada de novo, ele apenas implementou a doutrina existente e teve a coragem e a flexibilidade suficiente para o fazer, realizando inúmeras acções de apoio às populações, onde obteve enorme sucesso e que ia de encontro ao que era a sua ideologia para a guerra colonial: que a guerra colonial fosse o mais humana possível e que fosse evitado qualquer sofrimento desnecessário. As acções ofensivas por parte do Inimigo no ano de 1971 foram as mais baixas desde o início da guerra situando-se em apenas 10.9% enquanto que a média dos anos anteriores foi de 21.1%. Assim também a actividade geral do IN a partir de 1970 baixou substancialmente de 2518 acções inimigas em 1970 para 1744 acções em 1972. Também a área de subversão activa, que era de 36% no início de 1970, passou para 32% em meados desse ano, para ser em Janeiro de 1971 de 20%. Em Janeiro de 1972, essa percentagem desceu para 8% e em Janeiro de 1973 para 2% sendo praticamente nula quando ocorreu a revolução do 25 de Abril de 1974.

Nos conflitos actuais existe um paralelismo muito grande no que toca à doutrina de contra-subversão em relação ao que foi vivido na guerra colonial. A doutrina está escrita, cada comandante sabe exactamente quais os objectivos que tem de cumprir para atingir o sucesso e muitas vezes não é por falta de meios. Na actualidade a dificuldade é colocar em prática os princípios da contra-subversão, é executar os princípios já conhecidos devido à multiplicidade e complexidade das situações que são apresentadas aos comandantes. O General Costa Gomes foi um exímio intérprete da doutrina que vigorava na altura e por ter conseguido pôr em prática essa doutrina com múltiplas acções como já vimos e por isso conseguiu alcançar um enorme sucesso e não por acaso que o Comando Militar da Zona Leste foi o segundo Comando Operacional a ser louvado na História do Exército Português. O General Costa Gomes foi o general que mais êxito teve em termos operacionais durante a guerra colonial e aquele que menos utilizou a força bélica.

A aplicabilidade dos princípios utilizados durante a guerra colonial pode de facto ser aplicada nos conflitos da actualidade e os manuais elaborados em 1963 pelo Estado Maior do Exército intitulados “O Exército na Guerra Subversiva”, estão ainda muito actuais no que toca às formas de actuação se bem que precisam de algumas alterações

Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações

devidas às alterações do clima internacional, do aparecimento de novos conceitos e novas formas de actuar que precisam de ser experimentadas.

Propõe-se que seja incluído nas disciplinas do currículo da Academia Militar e de outros estabelecimentos de ensino uma disciplina onde seja posto em prática os conceitos de Subversão e de Contra-Subversão, e dados a conhecer os manuais de Guerra Subversiva, os seus princípios e modos de actuação. Nesta mesma disciplina seriam apreendidos também os conceitos de emprego de forças da doutrina NATO tal como HUMINT, CIMIC/CMA, ISTAR, PSYOPS, etc, que são semelhantes aos utilizados durante a guerra colonial e que apenas mudaram de nome mas que tiveram enorme sucesso quando foram aplicados correctamente.

Um futuro trabalho que poderá ser desenvolvido será fazer uma comparação entre o modelo de liderança do Marechal Costa Gomes e o Marechal Spínola e saber assim qual a aplicabilidade dos modelos de liderança no contexto das operações militares.

Como limitações deste trabalho é de realçar o escasso tempo para realizar uma investigação deste tipo e o limite imposto de 40 páginas que constitui um entrave para que se possa aprofundar a investigação e desenvolver muitos assuntos que podem enriquecer um trabalho desta envergadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Arquivos

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Documentos diversos

Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra

Projecto de História Oral. Entrevista a Francisco Costa Gomes, realizada por Maria Manuela Cruzeiro, Coimbra, 2001

Revista Mundial. (22 de Setembro de 1972). Uma entrevista com o General Costa Gomes. *Revista Mundial*, Nº1737.

2. Fontes consultadas em formato electrónico

Academia Militar - Teoria Geral da Estratégia H322. (Abril de 2010). 6 - Teoria Geral da Guerra. Lisboa. Obtido em 12 de Fevereiro de 2011, de <http://intranet.academiamilitar.pt/>

ACT. (2010). *Bi-SC Joint Operational Guidelines - Counterinsurgency*. Obtido em 17 de Janeiro de 2011 de [http://www.operacional.pt/docs/NATO%20TT-6185%20Bi-SC%20Counter-Insurgency%20\(COIN\)%20.pdf](http://www.operacional.pt/docs/NATO%20TT-6185%20Bi-SC%20Counter-Insurgency%20(COIN)%20.pdf)

Coelho, J. P. (2003). Da violência colonial ordenada à ordem pós colonial violenta. Lusotopie. Obtido em 11 de Abril de 2011, de <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/borges2003.pdf>

Guerra Colonial: 1961-1974. (s.d.). Obtido em 8 de Fevereiro de 2011, de <http://www.guerracolonial.org>

Hall, M. T., & McChrystal, S. A. (s.d.). *ISAF Commander Issues Counterinsurgency Guidance*. Obtido em 14 de Março de 2011, de NATO - International Security Assistance Force: <http://www.nato.int/isaf/docu/pressreleases/2009/08/pr090827-643.html>

Head Department of the Army. (15 de Dezembro de 2006). FM 3-24. *Counterinsurgency*. Washington. Obtido em 14 de Setembro de 2010, de <http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>

Referências Bibliográficas

PDE 3-09-00. (Setembro de 2010). Operações não convencionais, Ministério da Defesa Nacional. *PDE 3-09-00*.

Sepp, K. I. (Maio - Junho de 2005). Best Practices in counterinsurgency. *Military Review*.
Obtido em 11 de Abril de 2011, de <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/sepp.pdf>

3. Entrevistas

Joaquim Chito Rodrigues, 2011

Luís Nuno Rodrigues, 2011

Manuel Franco Charais, 2011

Pedro Pezarat Correia, 2011

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A., & Gomes, C. M. (2000). *Guerra Colonial*. Editorial Notícias.

AFONSO, A., & Gomes, C. M. (2010). *Os anos da guerra Colonial*. Quid Novi.

ANTUNES, P. (Agosto de 2010). Caracterização do moderno ambiente de subversão e contra-subversão. *Azimute Nº189*.

BARRENTO, M. A. (2010). *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.

BESSA, J. A. (2009). *Guerra de Subversão - comparação entre a guerra colonial e a guerra no Afeganistão*. Amadora: Academia Militar - Trabalho de Investigação Aplicada.

CANN, J. P. (1998). *Contra Insurreição em África - O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*. S.Pedro do Estoril: Atena.

CCFAA. (1972). *Extractos de Entrevistas que definem e doutrina sócio-político-militar do comandante-chefe das forças armadas em Angola*. Luanda.

CHI-BONNARDEL, R. (1973), *Grand Atlas du Continent Africain (1ª Ed.)*, Paris: Éditions Jeune Afrique

Referências Bibliográficas

- CHITO**, R. (5 de Abril de 2011). Entrevista Exploratória ao General Joaquim Chito Rodrigues. (A. Gonçalves, Entrevistador)
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA** 1961-1974. (2006). *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África* (1ª ed., Vols. 6º Aspectos da Actividade Operacional Tomo I Angola - Livro 2). Lisboa.
- CORREIA**, P. J. (1995-1998). Angola: Depoimentos para a História Recente 1956-1976. (H. Santos, & D. Mafuta, Entrevistadores)
- COUTO**, A. C. (1989). *Elementos de Estratégia* (Vol. I e II). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CRUZEIRO**, M. M. (1998). *Costa Gomes, O último Marechal* (1ª ed.). Editorial Notícias.
- ESCOLA PRÁTICA DE INFANTARIA**. (Dezembro de 2009). Emprego Tático de uma Unidade de Escalão Companhia para Actuar em Todo o Espectro das Operações num Cenário de Contra-Subversão. *Azimute Nº188* .
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO**. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva* (Vols. I, II, III, IV, V). Lisboa.
- FERNANDES**, A., Ferreira, J., Matos, L., Teixeira, N., & Telo, A. (Maio de 2004). Nova História Militar de Portugal. 4.
- GARCIA**, D. M. (2008). *Mecanismos de contra-subversão praticados pela cavalaria portuguesa - uma ponte entre a guerra de África (1961 - 1974) e a actualidade*. Lisboa: Academia Militar - Trabalho de Investigação Aplicada.
- GARCIA**, F. P. (16 de Janeiro de 2006). As Guerras do Terceiro Tipo e a Estratégia Militar. Uma Possível Análise. *Revista Militar* .
- GARCIA**, F. P. (2007). Descrição do fenómeno subversivo na actualidade: A estratégia de contra-subversão. Contributos nacionais. *Estratégia* , XVI.
- GARCIA**, F. P. (2007). O fenómeno da guerra no nosso século. *Nação e Defesa* .
- GARCIA**, F. P. (2008). A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano. *Nação e Defesa* .
- GOMES**, F. C. (1995-1998). Angola: Depoimentos para a História Recente 1956-1976. (H. Santos, & D. Mafuta, Entrevistadores)

Referências Bibliográficas

- JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR.** (1963). *Subversão e Contra-Subversão* (Vol. 62). Lisboa: Bertrand.
- KHANNA, P.** (2008). *O Segundo Mundo*. Lisboa: Editorial Presença.
- MOYAR, M.** (2009). *A Question of Command: counterinsurgency from the Civil War to Iraq*. Estados Unidos América: The Yale Lybrary of Military History.
- NUNES, A. L.** (2010). *A Academia Militar e a Guerra de África. A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio.
- NUNES, A. P.** (2002). *Angola – 1966-74 – Vitória Militar no Leste*. Prefácio.
- OLIVEIRA, A. R.** (1974). *Contra-Suversão*. Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares.
- PEREIRA, A., & Poupá, C.** (2008). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.
- QUIVY, R., & Campenhoudt, L. V.** (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, H. M.** (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*. Gradiva.
- RODRIGUES, L. N.** (2008). *Marechal Costa Gomes - No centro da Tempestade* (2ª ed.). Esfera dos Livros.
- ROSAS, F., & Brito, J. B.** (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Bertrand.
- SARMENTO, M.** (2008). *Guia Prático sobre a metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- SMITH, R.** (2008). *A Utilidade da Força – A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Coimbra.
- VIEIRA, B.** (2002). *Liderança Militar*. Lisboa: Estado Maior do Exército - Academia Militar.

APÊNDICE A : ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta parte é realizado uma pesquisa de informação que se revela pertinente neste tipo de trabalho. É feita uma abordagem à metodologia utilizada assim como os procedimentos e técnicas utilizadas. Numa primeira parte foi realizada uma análise documental de variados artigos sobre o tema, livros e documentos oficiais existentes. Na segunda parte deste trabalho foram utilizados o método inquisitivo, “que é baseado no interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2008) baseado na realização de entrevistas a pessoas que tiveram experiência com o General Costa Gomes enquanto comandante-chefe ou que têm conhecimento sobre o seu modo de actuação.

Desde o momento da escolha do tema que foi realizada uma pesquisa alargada sobre documentos existentes, de livros, de documentos oficiais mas só durante o mês de Fevereiro de 2011 é que começaram a ser estabelecidos alguns contactos através do orientador do trabalho, da Liga dos Combatentes, da Associação 25 de Abril e de variados oficiais e civis que possuíam algum conhecimento sobre as pessoas que me poderiam ajudar neste trabalho.

a) ENTREVISTAS

Para a realização deste trabalho foram realizadas entrevistas semi-formais ou semi-estruturadas na medida em que “o entrevistado responde às perguntas do guião, mas pode falar sobre outros assuntos relacionados.” (Sarmiento, 2008).

A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade foi analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações, neste caso qualitativas.

b) CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

As entrevistas que foram realizadas foram a 4 pessoas, todas elas com vasto conhecimento sobre o tema do trabalho. Foram entrevistados o Major General Pedro

Análise de Resultados

Pezarat Correia que se encontra na reserva, o Tenente General Franco Charais também na reserva, o General Joaquim Chito Rodrigues, presidente da Liga dos Combatentes e ao Doutor Luís Nuno Rodrigues, professor associado com agregação do ISCTE.

Nome	Género	Posto/Grau Académico	Unidade/Estabelecimento Ensino	Motivo	Função
Franco Charais	M	Tenente General	Na Reserva	Angola 1971-1973	Chefe 1 ^a e 4 ^a Repartição (Pessoal e Logística)
Pedro Pezarat Correia	M	Major General	Na Reserva	Angola 1973-1975	Responsável pelas Forças Auxiliares na Zona Militar Leste até ao 25 de Abril
Joaquim Chito Rodrigues	M	General	Liga Combatentes	Angola 1969-1973	Chefe da 3 ^a Repartição (Operações)
Luís Nuno Rodrigues	M	Doutor (com agregação)	ISCTE-IUL ¹⁸	Historiador	-----

Quadro 2 – Amostra de entrevistados

Os meios utilizados para a realização das entrevistas foram um gravador áudio destinado à gravação de som. Foi elaborado um guião, que é um instrumento para a recolha de informações na forma de texto que serve de base à realização de uma entrevista propriamente dita que foi seguido no momento da realização das mesmas.

No início da realização deste trabalho apenas me propus a fazer a análise documental para analisar os resultados e as informações obtidas. No entanto, com o passar do tempo surgiu a necessidade de falar com as pessoas para um relato fidedigno e real daquilo que foi a acção do General Costa Gomes em Angola. Com a realização destas entrevistas pude obter um relato humano e assim obter muitas informações qualitativas que me permitiram tirar algumas conclusões dos resultados obtidos para assim poder responder aquilo que é a questão central deste trabalho.

¹⁸ Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

c) ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Análise da questão 1: Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pizarat Correia	Sei o suficiente do que foi a acção do General Costa Gomes, a minha opinião está bastante de acordo do que conheço da personalidade dele.
Tenente General Franco Charais	Conheci porque tive a chefiar as Secções de Pessoal e Logística no período de 1971-1973
General Joaquim Chito Rodrigues	Conheci a actuação do General Costa Gomes na sua actuação estava na área das operações, na 3ª Repartição do Estado-Maior, que chefei. Acompanhei o General Costa Gomes em várias exposições que ele fez ao governo.
Doutor Luís Nuno Rodrigues	Não conheci directamente, apenas tomei contacto com essa actuação enquanto objecto de estudo de uma investigação.

Quadro 3 – Análise de respostas à questão 1

Todos os entrevistados conheceram o modo de actuação do General Costa Gomes embora nem todos pessoalmente mas conheceram o suficiente para responderem às questões seguintes.

Análise da questão 2: Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pizarat Correia	Atribui comando operacional ao Comandante-Chefe. Descentrou o esforço operacional do Norte para o Leste, com a transferência de 10-12 Batalhões. Realizou acordo com a UNITA em troca de informações acerca da localização das bases do MPLA e FNLA, valorizou o meio humano para que não resultassem sofrimentos excessivos.
Tenente General Franco Charais	Criou a Zona Militar Leste, dotada de meios financeiros próprios cuja zona de acção abrangia cerca de metade do território de Angola. Efectuou recrutamento local, acção psicológica, entendeu que o problema era político e não militar.
General Joaquim Chito Rodrigues	Entendeu aquilo que lhe foi apresentado segundo planeamento, passou a comandar directamente as operações em Angola, mudou o esforço para Leste (8 Batalhões) e atribuiu essa área, que era mais de metade de Angola, a um único comando, que tinha alta responsabilidade.
Doutor Luís Nuno Rodrigues	Reorientou o esforço das tradicionais zonas do norte para o Leste. Tem a necessidade de concentrar o comando nas suas mãos de modo a evitar dispersão de conflitos. Reforçou o recurso às Forças Auxiliares e Forças Especiais e efectivou o entendimento de Portugal com a UNITA

Quadro 4 - Análise de respostas à questão 2

Análise de Resultados

Todos os entrevistados afirmam que o General Costa Gomes reorientou o esforço de guerra de Norte para o Leste e atribuiu um comando único concentrada nele próprio. Dois entrevistados afirmam que foi aumentado o recurso ao recrutamento local e também dois entrevistados afirmam que foi o General Costa Gomes que efectivou um acordo de entendimento com a UNITA.

Também dois entrevistados afirmam que o General Costa Gomes entendeu que o problema de Angola era político e não militar.

Análise da questão 3: Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? Como eram aceites/encaradas essas acções?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pizarat Correia	Muitas populações estavam sob o nosso controle mas não aceitavam esse controle, estavam neutralizadas mas não conquistadas. Um aspecto que não conseguimos ultrapassar foi o de não termos tido capacidade de reconhecer a sua independência. A ideia do General Costa Gomes era de não cometer barbaridades como se passou no início da guerra colonial.
Tenente General Franco Charais	Costa Gomes compreendeu que o problema era político e os efeitos positivos ou negativos do apoio às populações dependem da justiça ou injustiça dos objectivos das operações militares.
General Joaquim Chito Rodrigues	Nunca houve uma política de mudança de locais das populações (...) que se situava ao longo dos rios e nenhum dos movimentos consegui conquistar nenhuma cidade. Acção directa das FA que ia desde a saúde, escolas, igrejas, caça que era entregue às populações. As FA nunca desenvolveram um trabalho colonialista que era receptivo por parte das populações.
Doutor Luís Nuno Rodrigues	O objectivo das FA é conquistar a lealdade das populações. Construíram escolas, perfuraram poços, prestaram serviços médicos básicos, o desenvolvimento do saneamento. O objectivo é roubar ao inimigo o apoio que os movimentos nacionalistas obtinham das populações.

Quadro 5 - Análise de respostas à questão 3

Nesta questão um entrevistado respondeu que as populações estavam sob o controle das FA mas não estavam conquistadas enquanto que outro entrevistado afirma que a aceitação das acções dependia da justiça ou injustiça das mesmas. Dois entrevistados afirmam que as acções como a construção de escolas, de igrejas, a prestação de serviços básicos de higiene e saúde, a caça que era entregue às populações eram bem aceites pelas populações embora as FA não conseguissem depois ultrapassar o problema político do reconhecimento da independência de Angola.

Análise de Resultados

Análise da questão 4: Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal esteja envolvido?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pezarat Correia	Em OAP não é necessário conquistar as populações para o nosso lado, apenas temos de conquistar sua simpatia. No caso do Afeganistão estão forças que actuam ao lado do governo e nesse caso já se está a actuar numa das partes do conflito. Em missões de OAP pode ser aplicado, no Afeganistão já não.
Tenente General Franco Charais	Com certeza prioritariamente para protecção dos nossos soldados mas acções desencadeadas no conjunto das tropas em operações poderão ser prejudiciais.
General Joaquim Chito Rodrigues	Portugal tem uma vivência bastante forte neste tipo de guerra onde nos métodos de actuação os portugueses são <i>expert</i> . Os manuais da doutrina da guerra colonial bem adaptados e orientados são bíblias das Operações de Apoio à Paz. Em Angola e nos outros teatros não se fez outra coisa a não ser Operações Humanitárias e de Apoio à Paz.
Doutor Luís Nuno Rodrigues	NÃO EMITIU OPINIÃO

Quadro 6 - Análise de respostas à questão 4

Nesta questão é importante realçar duas opiniões bastante importantes. Um entrevistado diz-nos que nas operações de OAP desenvolvidas pelas FA portuguesas não é necessário conquistar as populações, apenas é necessário captar a sua simpatia. Contudo, um entrevistado diz que as FA portuguesas são experientes em operações de contra-subversão e que estes princípios se bem adaptados podem ser aplicados aos conflitos em que Portugal está envolvido.

Análise da questão 5: Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pezarat Correia	Na guerra colonial estava-se em missões de soberania, no entanto Portugal não deixa de ir buscar o conceito de soberania nas missões internacionais. Actualmente as ameaças não conhecem fronteiras e surgem novas ameaças (terrorismo, tráfico, criminalidade organizada, proliferação nuclear). Portugal para obter a solidariedade dos outros países terá de dar a sua solidariedade nas missões internacionais e nas operações de Não Artigo V em parceria com outros países.
Tenente General Franco Charais	NÃO EMITIU OPINIÃO
General Joaquim Chito Rodrigues	Antes eram guerras de nação em armas, um serviço militar obrigatório mas na actualidade as FA são formadas por voluntários mas os valores por que se batem são os mesmos. Hoje as FA são chamadas ao cumprimento dos tratados e acordos que devem estar de acordo com o conceito estratégico de defesa nacional (CEDN) que podem ser empregues em áreas que possam ser consideradas importantes.
Doutor Luís Nuno Rodrigues	NÃO EMITIU OPINIÃO

Quadro 7 - Análise de respostas à questão 5

Análise de Resultados

Os entrevistados referem que durante a guerra colonial era uma época de nação em armas, onde as FA actuavam em missões de soberania do território. Os entrevistados referem que nas operações da actualidade os valores são os mesmos embora sejam constituídos por voluntários. Dizem-nos também que apesar de na actualidade não serem missões de soberania, o Estado vai buscar esse conceito aos acordos e tratados estabelecidos com as organizações internacionais

Análise da questão 6: A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?

Entrevistado	Respostas
Major General Pedro Pizarat Correia	<p>A liderança não é só o mando... a liderança não é muito diferente do que era na guerra colonial. A liderança é boa ou má conforme o escalão onde é correctamente aplicada e o conhecimento do escalão onde se situa é essencial. General Costa Gomes era uma pessoa fria e racional.</p> <p>Os comandantes dos altos escalões por vezes tem medo das consequências e por isso a ponderação é uma característica essencial. Nos actuais conflitos o bom senso é a característica fundamental.</p>
Tenente General Franco Charais	<p>O Comando da Zona Militar Leste foi o segundo comando operacional da História do Exército Português a ser louvado, pela sua actuação militar pelo quando veio o próximo comandante resolveu atacar a UNITA que estava acantonada ao Sul do caminho de ferro de Benguela. Por isso sofreu vários amargos na boca.</p>
General Joaquim Chito Rodrigues	<p>O comandante face à missão que recebe, estuda e analisa ouve os seus conselheiros do Estado-Maior e quando decide é ele próprio e mais ninguém. A decisão seria certamente diferente se fosse outro a tomá-la.</p> <p>As operações são conduzidas de maneira diferente de acordo com o escalão e cada nível e o comandante influencia a conduta das operações numa guerra subversiva ou outra qualquer.</p>
Doutor Luís Nuno Rodrigues	<p>Certamente é influenciado. Saliento dois grupos de características: carisma e prestígio. O General Costa Gomes conseguiu construir esse carisma através de ser racional, introvertido, pensador, racional, um militar jogador de xadrez. O General Costa Gomes construiu a sua imagem porque ele era muito culto, estudava e além disso era matemático. O General Costa Gomes faz a sua aproximação às guerras coloniais como um típico jogador de xadrez, pensando todas as jogadas e movimentos e possíveis consequências.</p> <p>Outra característica importante é a capacidade de a sua voz ser ouvida em Lisboa e esses meios serem atribuídos.</p>

Quadro 8 - Análise de respostas à questão 6

Nesta questão todos os entrevistados referem que a liderança e o comandante influencia bastante a conduta das operações e dois entrevistados dizem que a liderança actualmente não é muito diferente do que era durante a guerra colonial. Dois entrevistados referem também que a liderança depende muito do escalão tático onde é exercida e cada comandante deve conhecer o seu lugar. As características que foram evidenciadas pelos entrevistados que os comandantes e líderes devem ser possuidores foram o bom senso, o prestígio, o carisma e a ponderação das acções assim como a capacidade de relacionamento com o escalão superior.

APÊNDICE B : GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião da Entrevista

Entrevistado: (Nome e Posto)

Meio de Entrevista: (oral, escrito, telefone, e-mail)

1. **Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola?** *(enquadrar o entrevistado no tema)*
2. **Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação?** *(recolher opiniões dos entrevistados acerca da acção de comando do General Costa Gomes)*
3. **Uma das primeiras directivas que o General Costa Gomes escreveu foi que a guerra em Angola fosse o mais humana possível.**

Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? *Como eram aceites/encaradas essas acções? (saber quais os resultados da acção de comando e do modo de actuação naqueles anos)*

4. **Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal esteja envolvido?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*
5. **Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*
6. **A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?**

Muito Obrigado pela colaboração

APÊNDICE C : ENTREVISTA A MANUEL FRANCO CHARAIS

Entrevistado: Tenente General Manuel Franco Charais,

Meio de Entrevista: E-mail

1. Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola? (enquadrar o entrevistado no tema)

Servi no Comando da Zona Militar Leste chefiando as Secções de Pessoal e Logística, no posto de major/tenente-coronel do Corpo do Estado Maior, no período 1971/1973.

2. Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação? (recolher opiniões dos entrevistados acerca da acção de comando do General Costa Gomes)

A Zona Militar Leste (ZML) foi uma inteligente proposta/criação do Gen Costa Gomes. Pressionado por linhas de infiltração do MPLA, FNLA através da fronteira leste e por uma bolsa da UNITA enquistada a sul do caminho de ferro de Benguela, foi criado um Comando cuja zona de acção abrangia cerca de metade do território leste de Angola. O comandante, general Bettencourt Rodrigues, foi escolhido por Costa Gomes e aquele pode escolher os seus subordinados.

A ZML, que foi dotada com meios financeiros próprios para apoio das populações, recebeu para além da missão operacional de combate aos três movimentos de libertação a missão de rasgar itinerários alcatroados e em terra batida no interior da zona de acção, bem como o apoio às populações nos campos da assistência sanitária, abastecimento de água e defesa dos seus aldeamentos.

De Luanda a ZML recebia, quando solicitado, reforços operacionais como unidades de pára-quedistas, comandos e meios aéreos como helicópteros cedidos pela África do Sul

3. Das primeiras directivas que o General Costa Gomes escreveu foi que a guerra em Angola fosse o mais humana possível.

Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? E como era o modo de aceitação das mesmas? (saber quais os resultados da acção de comando e do modo de actuação naqueles anos)

Como é sabido as populações entaladas entre um movimento de libertação e as forças ocupantes dos seus territórios tem que colocar-se ao lado da força, ou seja de quem melhor lhe confere protecção. Tal não as impede de prestar, clandestinamente, informações e apoios em esconderijos e víveres. Os efeitos

positivos ou negativos das acções psicológicas, de recrutamento local ou de apoio às populações dependem da justiça ou injustiça dos objectivos das operações militares e tem, fundamentalmente, como principal e imediato objectivo a protecção táctica das unidades operacionais. Porque, estrategicamente, as populações sabem de que lado está a justiça num conflito que opõem dois beligerantes que operam no seu território.

Costa Gomes compreendeu que, apesar da aparente vitória militar que conseguiu como comandante-chefe, com a retirada das forças do MPLA, FNLA e neutralização da Unita no leste de Angola, o problema da colónia não estava resolvido e que os movimentos de libertação regressariam ao território angolano, talvez unindo esforços e melhor equipados. Todos sabíamos do aparecimento na zona de acção da Guiné dos mísseis terra-ar. A sua utilização numa vasta zona territorial como era a angolana iria causar graves perturbações no transporte aéreo de tropas e abastecimentos

Assim o seu afastamento em relação ao beija-mão dos oficiais generais dos 3 ramos das Forças Armadas ao chefe do governo ditatorial e a sua demissão do cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Costa Gomes compreendeu que a solução do problema angolano era político e não militar.

4. **Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal está envolvido?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

Na minha opinião com certeza que sim prioritariamente para protecção dos nossos soldados. No entanto não poderemos esquecer que perante a nossa dimensão e quantidade dos nossos efectivos operacionais dependemos das ordens e directivas dos escalões superiores onde as nossas tropas são integradas. Acções desencadeadas ao arrepio do conjunto das tropas em operações poderão ser prejudiciais.

5. **Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

Esta é uma alínea que permitirá brilhar o aspirante Gonçalves. Aconselho-o a pensar o problema sob o ponto de vista estratégico e tático.

6. **A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?**

Afirmativo e vou dar um exemplo.

O Comando da Zona Militar Leste foi o segundo comando operacional da história do Exército Português a ser louvado, pela sua actuação militar. O primeiro tinha-o sido na primeira guerra mundial. Terminada a sua comissão o general Bettencourt Rodrigues foi substituído por outro general. Este ao assumir o comando e vendo

que não tinha inimigo para combater resolveu atacar a UNITA que estava acantonada ao sul do caminho de ferro de Benguela. O anterior comandante tinha conseguido o apoio da UNITA para combater e expulsar do leste de Angola o MPLA e o FNLA e como prémio deixou-o intacto no seu habitat natural. O novo general resolveu mexer num ninho de vespas e vai sofrer alguns amargos de boca.

Muito Obrigado pela colaboração

APÊNDICE D : ENTREVISTA A PEDRO PEZARAT CORREIA

Entrevistado: Major General Pedro Pezarat Correia

Meio de Entrevista: Oral

1. **Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola?** (*enquadrar o entrevistado no tema*)

Não directamente mas sei o suficiente do que foi a acção dele com Comandante-Chefe. Aliás, a minha opinião está bastante de acordo do que conheço da personalidade dele.

2. **Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação?** (*recolher opiniões dos entrevistados acerca da acção de comando do General Costa Gomes*)

A estrutura de comando sofreu algumas alterações nomeadamente que o Governador passou a ser também o Comandante-Chefe.

Em 1961 o objectivo era unificar o governo civil com Comandante-chefe mas este princípio foi abandonado e passou a haver distinção por conveniência excepto na Guiné. O Comandante-Chefe era comandante dos três ramos.

Em 1971 o comando operacional do comandante-chefe e o general Costa Gomes teve alguma responsabilidade nesta saída desta lei na medida em que tinha algum conhecimento da parte política que teve origem nesta reformulação política. Em Angola imprimiu algum cunho pessoal na sua acção.

Descentrou o esforço operacional em Angola do Norte para o Leste dado que o FNLA pretendia atingir a 1ª Região Militar Angola.

Surgiu a UNITA que pretendia confrontar e desafiar o MPLA nesta tentativa de atingir a 1ª Região Militar.

Costa Gomes sentiu que ia ser na frente Leste que se ia agudizar a situação e Sentiu-se a necessidade da defesa do caminho de ferro de Benguela.

Transferiu 18 Batalhões do Norte para a zona Leste.

Nome dos Batalhões:

Bat Henrique Carvalho, Bat (-) Nova Gaia, Dala, Luso, Cazombo, Loucousse , Canganda, Silva Porto, Loquembo, Gago Coutinho, Quito Cadaval,...

Quanto muito terá feito a transferência de 10-12 Batalhões.

O problema das populações era doutrina que tinha graus de aplicação diferenciados conforme os comandantes - chefes e o general CG conferia muito a sua maneira de ser.

“Estas guerras não se ganham militarmente. O aspecto militar é apenas uma componente e nem sequer a mais importante” (Costa Gomes – 1961)...mas isto era doutrina mas têm que se reunir as condições para aplicar a doutrina.

Aproveitou-se as tentativas de aliança do Savimbi à parte portuguesa. A UNITA estava numa posição frágil mas aceitou o acordo que foi acordado segundo as directivas do General Costa Gomes aplicada segundo a operação Madeira em que os limites estavam bastante definidos. Portugal aceita não incomodar o Savimbi na sua zona e ele compromete-se a não actuar fora da sua zona, por outro lado compromete-se a dar informações às tropas portuguesas sobretudo da localização das bases do MPLA e do FNLA no interior de Angola o que por um determinado tempo esteve neutralizado.

Existiam Forças Auxiliares em todas as guarnições mas a guerra não terminou em 1973.

Entretanto pela não concordância do Comandante-Chefe Hipólito foi ordenado para cessar o acordo com a UNITA o que também foi violado pela parte de Savimbi.

Costa Gomes aproveitou o acordo com a UNITA segundo os princípios de Sun Tzu (Ganhar a guerra sem ser obrigado a lutar) e neutralizou os movimentos subversivos no interior de Angola.

Costa Gomes valorizava sobretudo o meio humano numa guerra subversiva, procurava fazer operações de que não resultassem sofrimentos excessivos, não atingir populações que não fossem recuperadas para o nosso lado.

3. Uma das primeiras directivas que o General Costa Gomes escreveu foi que a guerra em Angola fosse o mais humana possível.

Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? Como eram aceites/encaradas essas acções? *(saber quais os resultados da acção de comando e do modo de actuação naqueles anos)*

Os Planos de acção psicológica tinham vários alvos a atingir.

Os factores de decisão eram três: Terreno, Inimigo e Nossas Tropas, a partir da inclusão da guerra subversiva na doutrina passaram a ser quatro: Terreno, Inimigo e Nossas Tropas e as Populações em que eram o meio ambiente humano.

Uma coisa era actuar em populações sobre nosso controle e outra era actuar em populações que não estavam.

Muitas populações estavam sobre o nosso controle mas não aceitavam o nosso controle...as populações estavam neutralizadas mas não conquistadas.

Havia alguns meios em que a população era favorável ao nosso controle e que captávamos a sua simpatia através do melhoramento das suas condições sociais. Mas havia sempre um aspecto que não conseguíamos ultrapassar que era o aspecto de reconhecer o direito à independência... o aspecto político.

Havia populações em que apenas desenvolvíamos acções militares que não conseguíamos conciliar a parte operacional com a parte humanitária onde quem mexia morria. No entanto quando levávamos guias que recrutávamos das populações sabíamos que eles informavam as zonas para onde nós íamos por muito bonzinhos que pudéssemos ser.

A ideia do General Costa Gomes era não cometer barbaridades que sejam dispensáveis como se passou no início da guerra colonial mas isto só podia até um certo limite. A acção psicológica ia apenas até um certo limite por causa da independência do próprio país.

4. **Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal esteja envolvido?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

Os conflitos onde Portugal está envolvido podem ser diferenciado em dois tipos. Nas operações onde são chamadas as operações de apoio à paz (OAP) não é necessário conquistar as populações para o nosso lado, apenas temos de conquistar a simpatia das mesmas e não será difícil colocar isso em prática numa operação. Se eventualmente alguma das partes violar os acordos/ regras a situação será diferente porque as NT terão de actuar contra as mesmas.

No Afeganistão estão forças que actuam ao lado do governo e contra os insurgentes que não só os talibans mas também outros movimentos e neste caso já se está a actuar numa das partes em conflito. O problema das populações prende-se com o problemas de estas estarem fora das zonas controladas e nestas estes princípios poderão ter alguma aplicabilidade.

Em missões de Operações de Apoio à Paz não se aplica mas em missões de combate como no Afeganistão aplica-se.

5. **Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

Enquanto que na guerra colonial estava-se em missões de soberania actualmente não no entanto o poder político não deixa de ir buscar o conceito de soberania mas em missões internacionais e defender essa mesma soberania. Actualmente as ameaças não conhecem fronteiras e surgem novas ameaças (terrorismo, tráficos. Criminalidade organizada, proliferação nuclear). E Portugal para obter a solidariedade dos outros países terá de dar a sua solidariedade nas missões internacionais e nas operações de não artigo V. Cada vez mais se justifica a utilização a utilização também com as parcerias com ou países.

6. **A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?**

A natureza do comandante tem sempre influência nas operações que se tomam. A liderança não é só o mando...a liderança não é muito diferente do que era na guerra colonial. É importante ter em consideração que a liderança é boa ou má conforme o escalão onde ela é aplicada, neste caso militar, que no caso de oficial tem três escalões diferentes. Até ao nível companhia o comandante comanda homens, (se bem que o termo companhia nos dias de hoje é modular), em que o comandante conhece os nomes e onde este conhece onde cada homem é mais

rentável. Ao nível batalhão o comandante comanda comandantes e está a falhar se tentar comandar homens. Ao nível dos oficiais o comandante comanda Comandos que tem um tempo de reacção/estímulo que tem de ser amadurecido e que o comandante terá de perceber este tempo senão também está a falhar.

O perfeito conhecimento do escalão onde se situa é essencial.

O General Costa Gomes era uma pessoa fria, racional.

A Coragem física e moral é uma característica nos comandantes. O comandante dos altos escalão por vezes tem medo das consequências e a ponderação é uma característica essencial. A característica essencial também é uma que pode transformar as qualidades em defeitos. O bom senso é a característica fundamental que pode transformar a coragem em loucura e o bom senso em precipitação ou demora demasiada na decisão. Também a justiça assume uma particular importância nas características. Nos actuais conflitos o bom senso é essencial.

Muito Obrigado pela colaboração

APÊNDICE E : ENTREVISTA A JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Entrevistado: General Joaquim Chito Rodrigues

Meio de Entrevista: Oral

1. **Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola?** *(enquadrar o entrevistado no tema)*

Trabalhei com o General Costa Gomes como CC na área das operações, na 3ª Repartição do Estado Maior, que chefei durante algum tempo, responsável pela condução das operações como um todo. Conheci o Gen Costa Gomes na sua actuação desde inícios de 1969 e durante cerca de dois anos. Assisti à mudança da 3ª Região Militar de Angola, quando o General Costa Gomes decidiu passar a comandar directamente as operações em Angola (1971) passando a considerar a Região Militar da Marinha responsáveis apenas pelo pessoal e logística. O General Costa Gomes, para além de no ano 1970, ter decidido face a planeamento que eu próprio apresentei, para mudar o esforço para o Leste, decidiu favoravelmente, apresentou um plano de contra-subversão, em 1971, assume o comando das operações em Angola, pq até ai o CC não tinha capacidade, era um comando de coordenação sem comando operacional. Em Março de 1971, cria a Zona Militar Leste de acordo com dispositivo que foi sendo desenvolvido durante o ano de 1970, para que o problema que surgiu em 1966. O esforço do IN trasladou-se do Norte para o Leste, mas as NT não tinham seguido o mesmo sentido, então ele cria a Zona Militar Leste e atribui um comando operacional. Conheci então o General Costa Gomes e acompanhei-o em várias operações e inclusivamente acompanhei-o em várias exposições que ele faz ao governo.

2. **Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação?** *(recolher opiniões dos entrevistados acerca da acção de comando do General Costa Gomes)*

As acções que mais se destacam, para mim foram: ter entendido e compreendido o que lhe foi apresentado. Planeamento que exigia uma alteração profunda do esforço que estava a ser feito em Angola, quis efectivos que tinham de ser retirados de zonas históricas desde 1961, nomeadamente da fronteira norte, do Bessa Monteiro, para conseguir 8 Batalhões que foram necessários para atribuir ao comando na ZML, 7 mais propriamente porque um foi colocado no norte para evitar que o adversário continuasse o esforço para fazer a ligação com a Nova Lisboa. Essa grande operação, que eu tenho para mim, que permitiu com a acção na zona do ZML, e dos meios que lhe foram atribuídos, e das condições que lhe foram concedidas, quer como governador civil e coordenador de todos os governos civis, e comandante-conjunto com os meios que lhe foram atribuídos,

incluindo reservas do comando-chefe, fez, quanto a mim, a maior operação que foi realizada nas três frentes. Foi uma acção que teve início em 1970, com o planeamento e a decisão, para preparar uma determinada situação, e à atribuição dessa área que é mais de metade de Angola a um comando, esse comando com o seu Estado-Maior desenvolver um acção praticamente independente e com um alta responsabilidade, e sob o comandante-chefe do General Costa Gomes, O General Bettencourt Rodrigues, ter atingido sucesso nessa conduta nas operações. Ao nível tático tem outras vitórias locais pela forma como permanentemente seguiu as operações, briefings a qualquer momento e diários, percorreu toda a zona de acção, teve operações quer ao nível operacional quer ao nível logístico e fundamentalmente dirigiu as operações desde o 1º dia, com uma directiva simples, uma nota muito simples e que em três linhas definiu a sua forma de estar na guerra afirmando e dando orientação para que a guerra fosse o mais humana possível.

3. Uma das primeiras directivas que o General Costa Gomes escreveu foi que a guerra em Angola fosse o mais humana possível.

Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? Como eram aceites/encaradas essas acções? *(saber quais os resultados da acção de comando e do modo de actuação naqueles anos)*

Contrariamente ao que aconteceu nas outras províncias ultramarinas de Moçambique e da Guiné, o plano de contra-subversão em Angola, e mesmo durante toda a guerra em Angola nunca houve uma política de mudança de locais das populações, dos lugares onde se encontravam tradicionalmente. Esse plano de Contra-subversão em 1971, que previa 4 estados, 4 graus qnt à subversão. Um 1º grau que onde a guerra era activa, um 2º espaço que envolvia a zona activa, um 3º grau que era um espaço que envolvia essas áreas adjacentes que era ainda se admitia a acção do IN, e toda a outra área era de grau 4, e era bem grande. Esse plano de Contra-subversão nunca previa o reordenamento das populações retirando do seu lugar, mas área do BIÉ e mesmo nos rios, se previa fazer o esforço no sentido do controlo das populações. Em toda a vasta área, que a zona mais povoada era o centro, e o norte, que houve guerra, e na parte leste a população era 0,4hab/km², a população situava-se ao longo dos rios, nas áreas onde o IN penetrava no sentido de conquistar as populações, nós desenvolvemos uma acção de apoio permanente às populações, quer na cidades onde nunca houve uma acção subversiva, para além do desenvolvimento inicial, nenhum dos movimentos conseguiu conquistar qualquer cidade, qualquer aldeia e portanto o esforço das Forças Armadas foi conter a subversão, os bandos armados, fazer frente as acções que a guerrilha fazia e defender e conquistar as populações, com acções concretas quer pelo governo quer pela acção directa das Forças Armadas com aquilo a que se chamava a acção psicossocial que is desde a saúde para o apoio às populações, escolas que foram formadas na língua portuguesa, com igrejas que se levantaram, todas as sedes dos batalhões tinham capelães e portanto faziam as suas missas. Toda a forma de reabastecimento das nossas

tropas tinha grande influência no abastecimento das populações que era muitas vezes feita de caça que era entregue às populações, para se alimentarem. Todo o conjunto de acções das FA durante 13 anos de guerra, se formos a contabilizar a acção das chamadas forças de quadrícula onde por vezes tinham que enfrentar acções de guerrilha e outras estavam em acções tranquilas e cujo trabalho era, de facto conviver com as populações e garantir melhores condições às populações, e assim mostra-lhes que, ficavam numa condição de vida bastante melhor daquela que estavam anteriormente. As FA desenvolveram um trabalho, nunca colonialista, porque não exploram as populações, antes pelo contrário, apoiaram em permanência numa acção concertada com objectivos concretos no sentido claro da conquista das populações para o nosso lado, e evitar que o IN nos mostrasse que afinal valia pena estar do lado do IN do que do nosso lado.

4. **Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal esteja envolvido?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

Eu não diria que devia ser aplicado. Eu diria que Portugal tem uma vivência neste tipo de guerra, guerra subversiva, que em termos militares era uma guerra de guerrilhas, sem frentes que exigia atenção e vigilância nessas frentes, como objectivo final afinal era a conquista das populações para que viessem para o nosso lado, expresso em vários documentos, nomeadamente aqueles livrinhos azuis, que são bíblias, que se bem orientadas e seguidas com ligeiras adaptações, é aquilo a que se chama as Operações de Apoio à Paz. As operações humanitárias que as FA fazem hoje, desde a Bósnia ao Kosovo, e a outros países, são métodos de actuação que os portugueses são expert. Chamem-lhe o que quiserem, que são operações humanitárias, que são operações de apoio à paz, em Angola, em Moçambique e mesmo na Guiné não fizemos outra coisa a não ser operações humanitárias e operações de paz porque nos opusemos pela violência à violência que nos surgia e porque tratamos as populações para que as populações atingissem os objectivos de qualquer comunidade, segurança, bem estar, justiça, desenvolvimento e liberdade.

5. **Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

As guerras de então foram conduzidas por uma nação em armas, havia um serviço militar obrigatório e todo o cidadão tinha como obrigação prestar o serviço militar e estar disponível para se debater pelo país e portanto nessa altura, eram aquelas as circunstâncias, a própria constituição portuguesa dizia que Portugal era uno e portanto quando se partiu para Angola os gritos que surgiram nas ruas era Angola é nossa e portanto a guerra que se fez foi nesse sentido, tal como se fez a guerra diplomática sobre o problema de Timor, para que Timor fosse libertado, porque os laços históricos que nos ligavam a Timor a população sentia-o, e também sentiu o problema de Angola, o que é facto é que o campo político foi excessivo mas hoje as circunstâncias são diferente: não há serviço militar obrigatório, as FA são formadas por voluntários, mas os valores porque que se

batem são os mesmos, a defesa em 1º lugar, na integridade nacional, da independência nacional, na defesa nacional, e do cumprimento dos tratados e acordos que assina com os seus parceiros e como tal e desde a sua fundação cumpriu as regras do jogo no âmbito da NATO, e por isso hoje, se na altura se bateu por objectivos considerados vitais e meramente nacionais inclusivamente com a oposição da nações unidas e das grandes potências o que levou ao presidente do governo de então a dizer que estávamos orgulhosamente sós..hoje as FA com outras características são chamadas a cumprir os acordos e tratados acordados pelo país, claro que estes devem estar de acordo com o conceito estratégico de defesa nacional, mas o que se diz hoje neste conceito é que tem uma última alínea, depois de definir as áreas de interesse e de influencia as FA podem ser empregues em outras áreas que vierem a ser consideradas importantes. O que é facto é que tem vindo a ser esta alínea que tem vindo a ser utilizada, os diversos do conceito estratégico para o emprego das FA e das forças militares nos actuais conflitos no âmbito da NATO. Embora haja similitude na forma de actuação nas guerras de 1961-1974 e das acções das OAP de hoje, o que é facto é que as circunstancias são diferentes.

6. A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?

Qualquer comandante tem a sua personalidade, a sua capacidade de comando, a sua coragem e a sua maneira de interpretar o cumprimento da missão, é ele que face à missão que recebe a analisa, a estuda, ouve os seus conselheiros e o seu estado-maior e depois decide e quando decide ele próprio é que decidiu e ninguém mais, e a decisão seria certamente diferente se fosse outro a tomá-la e a conduta seria outra, mas qualquer comandante está subordinado à missão que recebeu e isso conduz a que as decisões dos comandantes estejam quartadas (subordinadas) pela própria missão recebida, depois a conduta das operações e a conduta da contra-subversão, que tem doutrinas e qualquer comandante tem que estar formado, tem que conhecer as doutrinas da subversão e CSUB e nós sabemos quais são as fases e os passos que são dados desde atingir a fase da guerrilha até atingir a fase da guerra convencional porque a subversão pode conduzir a uma guerra de guerrilhas mas pode conduzir a uma guerra revolucionária e mesmo a própria subversão, mas nunca fizemos subversão, nós fomos confrontados pela necessidade de fazer contra subversão e os nossos chefes, comandantes preparadas para fazer CS o que exigiu conhecer o IN, como actuava, a sua doutrina, os seus objectivos para poder fazer frente. Há doutrinas que se transformam em escola e nessa grande linha que devem ser conduzidas as operações e a forma de cumprir a missão em cada nível e em cada escalão está de acordo com o comandante a esse diferentes por isso se diz que há bons e maus comandantes e por isso se diz que os grandes chefes. Claro que o comandante influencia a conduta das operações seja numa guerra subversiva, guerra convencional, nuclear, ou outra qualquer.

Muito Obrigado pela colaboração

APÊNDICE F: ENTREVISTA A LUÍS NUNO RODRIGUES

Entrevistado: Doutor Luís Nuno Rodrigues

Meio de Entrevista: Oral

1. Conheceu o modo de actuação do General Costa Gomes enquanto Comandante - Chefe em Angola? *(enquadrar o entrevistado no tema)*

Não conheci directamente, apenas tomei contacto com essa actuação do General Costa Gomes enquanto objecto de estudo de um trabalho de investigação que fiz.

2. Quais as acções de comando que mais se destacam destes dois anos de actuação? *(recolher opiniões dos entrevistados acerca da acção de comando do General Costa Gomes)*

No meu livro saliento quatro aspectos que parecem essenciais da sua actuação em Angola que vou referir muito sinteticamente. O 1º, quanto a mim muito importante, e sem qualquer ordem de prioridade, o 1º ponto que posso referir é a preocupação de General Costa Gomes em reorientar o esforço de guerra para o Leste de Angola, sobretudo para as planícies, que passaram a ser o cenário principal das forças sobre o seu comando em detrimento das zonas tradicionais, como era a floresta dos Dembos, os rios do Zaire, e portanto compreendeu que, o esforço da acção estratégica e operacional devia mudar de norte para Leste. Um 2º ponto está relacionado com a estrutura de comando, General Costa Gomes quando chega a Angola depara-se com a situação em que a estrutura de comando encontra-se algo dispersa, pouco concentrada em que os poderes do comandante-chefe não estavam devidamente concentrados nas suas mãos, aliás é uma situação que também se verifica nos outros teatros de operações, na medida em que o Spínola quando chega à Guiné também sente a mesma coisa, também tem a necessidade de concentrar os comando nas mãos dele e por isso o General Costa Gomes diz que quando chegou a Angola existiam várias guerras diferentes, existia a guerra que era liderada pelo comandante militar, a guerra da PIDE/DGS, a guerra protagonizada pelos pára-quedistas, dos comandos, e portanto havia uma certa ineficácia em relação aos objectivos que se pretendiam alcançar, a preocupação foi evitar essa dispersão, esses conflitos e concentrar num comando único as várias forças presentes no terreno, aliás existe uma directiva que eu refiro no meu livro, a directiva 1/71 em que ele chama a si o comando completo das forças terrestres navais e aéreas, passa a dispor de um quartel-general que constitui um ponto de viragem importante. O 3º ponto que considero importante é que apesar desta concentração do comando nas suas mãos o General Costa Gomes não diminui o recurso às Forças Auxiliares e Forças Especiais, muito pelo contrário, até incrementa. Destaco, entre outros, os Flechas, que era uma força que tinha sido criada pela PIDE, que houve a preocupação de os colocar sobre o comando directo do comandante-chefe. Os fiéis, que se tinham refugiado em Angola desde o final de 1967 e que também são

utilizados nas operações de contra-guerrilha. O 4º ponto que vale a pena referir que tem implicações directas na prossecução dos objectivos, que é durante o período em que General Costa Gomes é comandante-chefe que se vai efectivar o entendimento de Portugal com a UNITA, que permite que Portugal deixe de sofrer operações militares organizadas pela UNITA, mas como a própria UNITA continua a combater o MPLA. Estes 4 pontos que me parecem ser os mais importantes permitiram uma alteração dos dados do conflito e fazem com que muitos militares considerem, que a guerra em Angola não estava ganha mas estava numa situação muito favorável e controlada para as forças portuguesas.

3. Uma das primeiras directivas que o General Costa Gomes escreveu foi que a guerra em Angola fosse o mais humana possível.

Qual a influência nas populações das acções desenvolvidas pelo General Costa Gomes nomeadamente o recrutamento local, a acção psicológica e o apoio prestado às populações? Como eram aceites/encaradas essas acções? *(saber quais os resultados da acção de comando e do modo de actuação naqueles anos)*

O General Costa Gomes vai ser um intérprete exímio da doutrina portuguesa de contra-subversão, a ideia de que aquelas guerras que Portugal estava a travar nas colónias não deviam ser guerra contra a população visando o aniquilamento das mesmas mas pelo contrário eram guerras pela conquistas dessas populações e portanto numa guerra deste género o objectivo das FA, das autoridades, deve ser conquistar a lealdade das populações, roubar ao inimigo o apoio que ele tinha na população, e para conseguir o exército devia por em marcha um programa de acção psicológica e de apoio às populações, uma acção psicossocial, em que os soldados portugueses oferecessem protecção contra os movimentos nacionalistas mas que as FA também fossem capazes de nos aldeamentos em que as populações eram agrupadas em aldeamentos já existentes foram as FA que construíram escolas, perfuraram poços, prestaram serviços médicos básicos, o desenvolvimento do saneamento, um conjunto de princípios que faziam parte da doutrina contra-subversiva que General Costa Gomes foi de facto um exímio intérprete, tanto em Moçambique, quer depois em Angola. Não foi uma invenção dele, esta teoria contra-subversiva e esta ideia que a solução para este tipo de conflitos não pode ser meramente militar mas tem de passar também põe esta acção social, que era no fundo a base da doutrina portuguesa que foi construída desde o final dos anos 50, com os primeiros contactos sobretudo com os seus congéneres franceses e ingleses, que trazem esses ensinamentos para Portugal e vão construindo o manual português da guerra contra subversiva e General Costa Gomes é um intérprete exímio, bem sucedido nesses princípios da guerra contra-subversiva.

4. Na sua opinião este tipo de acções pode ser aplicado em conflitos onde Portugal esteja envolvido? *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

5. **Quais são as principais diferenças e os aspectos que são comuns aos conflitos da actualidade?** *(resposta aberta – saber a aplicabilidade da acção de comando do General Costa Gomes nos conflitos actuais)*

6. **A resposta à subversão poderá ser influenciada por quem comanda as operações? De que maneira a resposta será diferente de comandante para comandante ou que características deverá ter neste tipo de conflito?**

É certamente influenciado, mesmo se olharmos historicamente, é muito importante e por vezes decisivo as características pessoais dos comandantes. O que eu salientaria seriam dois grupos de características. Um 1º tem a ver com o prestígio e o carisma, que se constroem de maneiras muito diferentes. General Costa Gomes e Spínola são comandantes que excelentes intérpretes mas são personalidades completamente diferentes, General Costa Gomes é uma personalidade pensadora, introvertida, racional, outra é emotiva, mais no sentido tradicional de militar. O carisma não é apenas falar mais alto, ser inflexível nas ordens, o carisma constrói-se através de muitas maneiras e acho que o General Costa Gomes soube construir esse prestígio e esse carisma do militar intelectual, racional, jogador de xadrez e acho que isso pode-se fazer construindo essa imagem na medida em que ele era muito culto, estudava, era matemático que tem uma aproximação às guerras coloniais muito semelhante à de um jogador de xadrez, pensando todas as jogadas, todos os movimentos, as suas possíveis consequências, e isso traz-lhe prestígio e traz-lhe carisma entre os seus. A imagem tradicional é que General Costa Gomes tinha falta de carisma e Spínola tinha carisma a mais mas tinham carismas diferentes. O outro grupo de características dos comandantes será a capacidade de lidar com o centro do poder político de maneira a obter os recursos necessários para a condução da guerra, a capacidade de a sua voz ser ouvida em Lisboa e esses meios serem atribuídos. Neste campo tanto Spínola como Costa Gomes foram bem sucedidos.

Muito Obrigado pela colaboração

ANEXO A : MAPA DE ANGOLA EM 1973

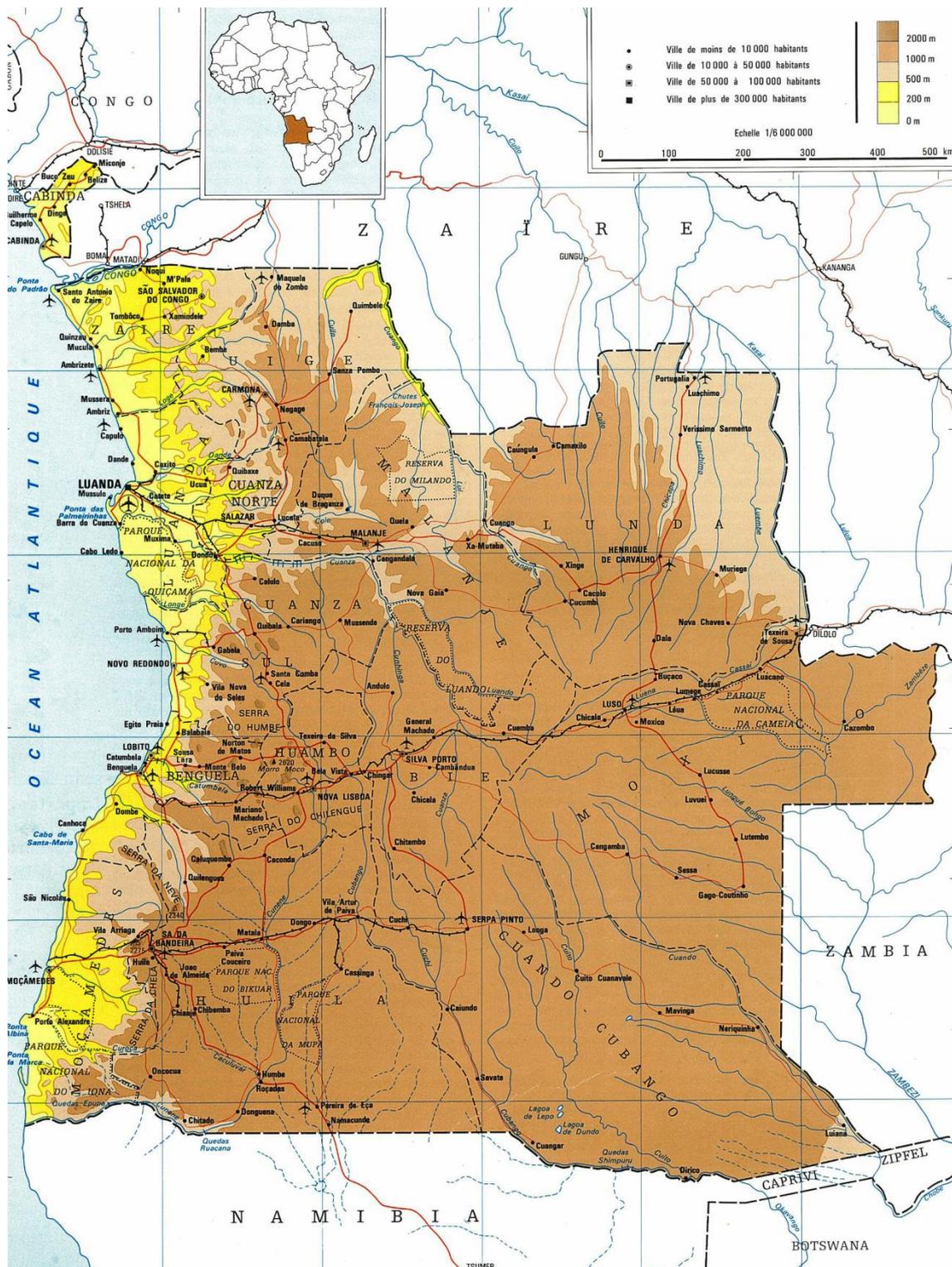


Figura 3 – Mapa de Angola em 1973¹⁹

¹⁹ CHI-BONNARDEL, R. (1973), *Grand Atlas du Continent Africain* (1ª Ed.), Paris: Éditions Jeune Afrique

ANEXO B : ACTIVIDADE GERAL DO INIMIGO DE 1963 A 1973

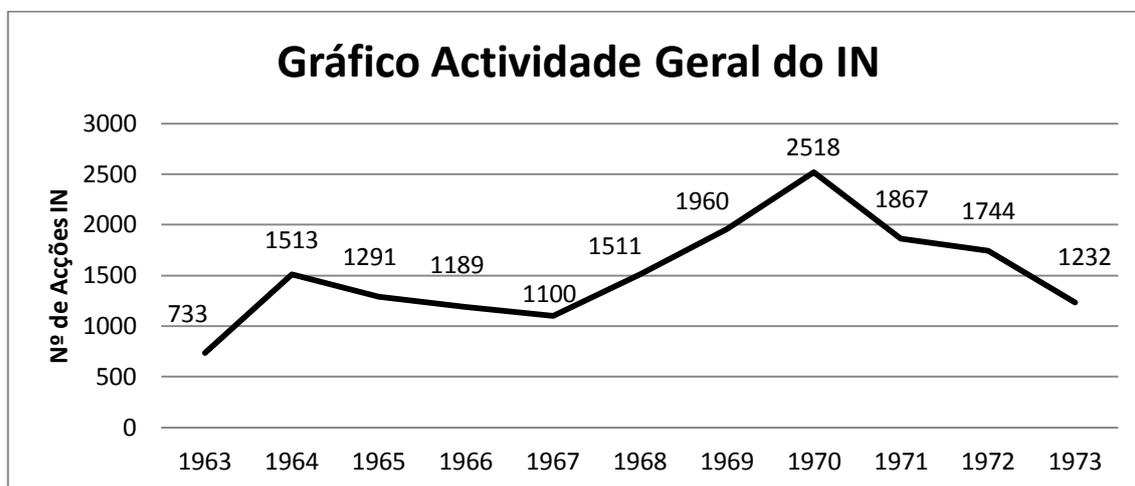


Gráfico 2 – Gráfico Actividade Geral do Inimigo de 1963 a 1973

ANEXO D : DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA E MILITAR DO MPLA

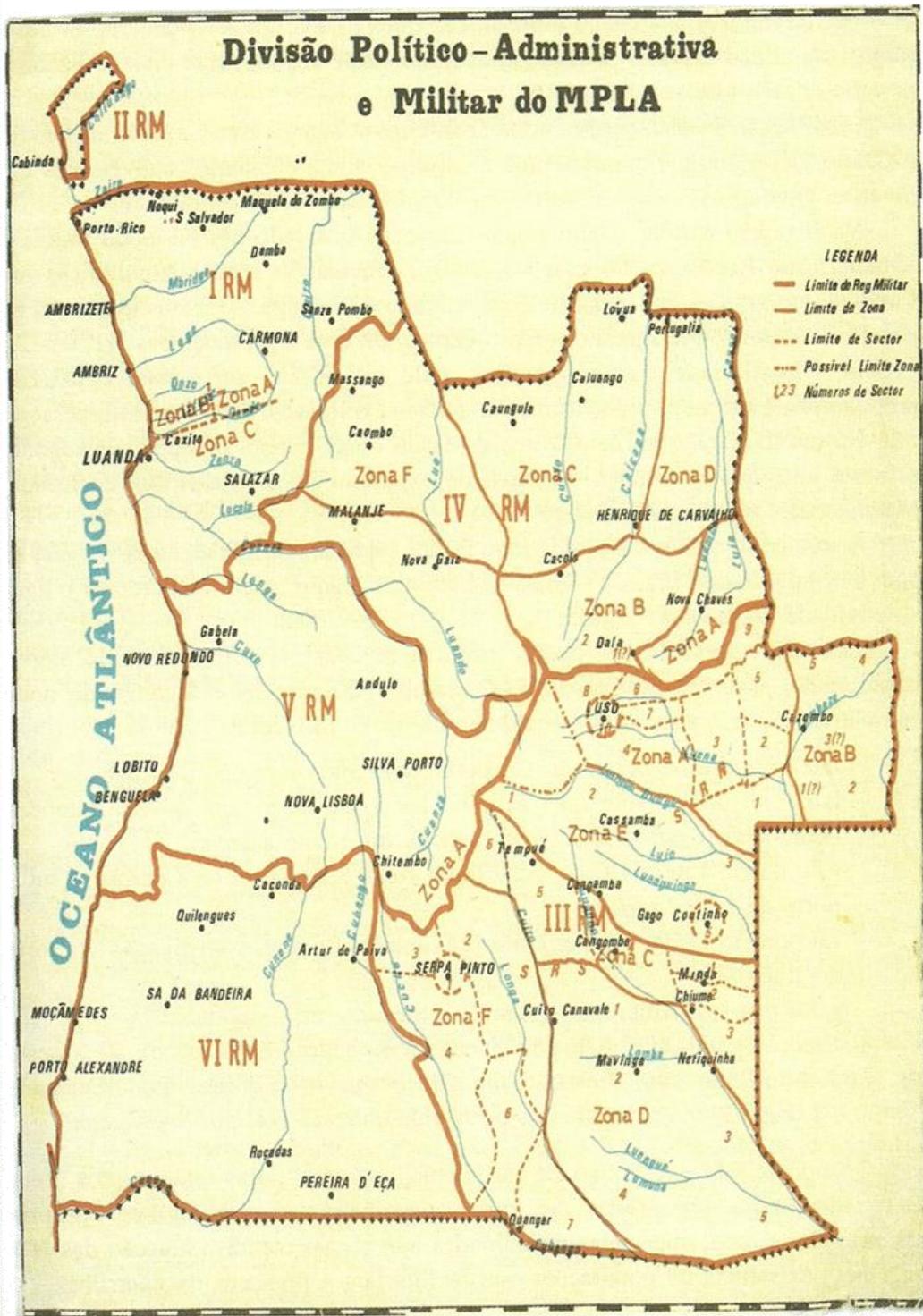


Figura 5 – Divisão Política-Administrativa e Militar do MPLA em 1970²¹

²¹ (CECA, 2006)

ANEXO E : CRONOLOGIA MARECHAL COSTA GOMES (ATÉ 1972)

1914 – Nasceu em Chaves. É filho de António Gomes e de Idalina Júlia Moreira da Costa

1925 – Ingressou no colégio militar

1931 – Ingressou na Escola militar, na arma de Cavalaria

1936 – Colocado no Regimento de Cavalaria Nº3, em Estremoz.

1938 – Colocado no Batalhão Nº4 da Guarda Nacional Republicana, no Porto.

1944 – Licenciado com distinção em Ciências Matemáticas na Universidade do Porto.

Frequentou o curso geral e complementar do Estado-Maior

1949-1951 – Funções de subchefe e chefe do Estado-Maior da província de Macau.

1951 – Colocado no Estado Maior do Exército com a missão de estudar as possibilidades de mobilizar as forças cometidas à NATO.

1952 – Deu aulas no Colégio São João de Deus, acumulando com as suas funções militares.

1953 – Responsável pela instrução das tropas portuguesas a integrar na NATO, dirigindo os exercícios militares desse ano em Santa Margarida.

1954 – 1956 – Prestou serviço no quartel-general do Supremo Comando Aliado do Atlântico, em Norfolk, nos Estados Unidos.

1956 – Foi nomeado adjunto da Primeira Repartição da Defesa Nacional, sendo responsável, entre outras matérias, pelas relações com a NATO e pelo plano da Defesa Nacional.

1958 – Nomeado subsecretário de Estado do Exército

1961 – Participou na tentativa de golpe de Estado conhecida pela “Abrilada”, liderada pelo Ministro da Defesa. General Júlio Botelho Moniz.

- Foi enviado para o quartel de Beja, onde dirigiu o Distrito de Recrutamento e Mobilização durante 14 meses, sendo posteriormente destacado para Elvas para o Regimento de Lanceiros Nº1.

1965 – Nomeado 2º Comandante da Região Militar de Moçambique.

1967 - Promovido a Comandante da Região Militar de Moçambique.

1968 – Promovido a General

1970 -1972 - Comandante da Região Militar de Angola

1972 – Nomeado Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

ANEXO F : CRONOLOGIA ANGOLA

“

03/05/1970 – Chega a Luanda o general Francisco da Costa Gomes para substituir o comando-chefe, general Almeida Viana

23/07/1970 – O Agrupamento Siroco inicia um longo período de operações no Leste

23/07/1970 – Primeira directiva remodelando o dispositivo tendo em vista a mudança do esforço militar para o Leste.

13/11/1970 – O general Costa Gomes dirige-se ao CPCS (Conselho Provincial de Contra-Subversão) anunciando o seu plano de contra-subversão e a mudança de esforço para o Leste.

08/01/1971 – O MDN visita Angola e toma contacto com as alterações estratégicas do general Costa Gomes.

08/02/1971 – Despacho do MDN criando a ZML e estabelecendo que o Comando da ZML disporia de Comando-Conjunto.

18/02/1971 – A portaria 99/71 cria a nova ZML, englobando os distritos de Luanda, Moxico, Bié e Cuando-Cubango.

24/02/1971 – Directiva formalizando a criação do QG/CCFAA, com base nas repartições operacionais do QG/RMA.

31/03/1971 – O general José Manuel Bettencourt Rodrigues inicia o comando da ZML.

31/03/1971 – A directiva 2/71 do CCFAA formaliza a remodelação da ZML e estabelece o Comando-Conjunto, atribuindo-lhe competências.

06/05/1971 – Despacho-Conjunto do GG e do CCFAA sobre atribuições do comandante da ZML e criação do CECS (Conselho Especial de Contra-Subversão) da ZML.

11/06/1971 – O Agrupamento Siroco inicia um longo período de operações no Leste.

11/07/1971 – O ministro do Ultramar visita Angola e apoia o Plano de Desenvolvimento do Leste.

11/03/1972 – Aprovação no CPCS das Normas sobre milícias de Regedoria e Auto-Defesa das Povoações Rurais.

23/06/1972 – A província Ultramarina de Angola ganha estatuto e a designação de Estado de Angola.

06/07/1972 – Directiva Geral “Raio Verde” do CCFAA, formalizando a constituição da ZML renovando a sua missão.

12/07/1972 – O Agrupamento Raio inicia um longo período de operações no Leste (Operação Rojão IH)

22/08/1972 – O Comando da ZML é louvado pelos relevantes serviços prestados.

Agosto/1972 – O general Joaquim da Luz Cunha assume as funções de Comandante-Chefe em substituição do general Costa Gomes.

Agosto/1972 – O Eng. Fernando Augusto Santos e Castro substitui o coronel Rebocho Vaz nas funções de Governador Geral de Angola.

15/09/1972 – o general Costa Gomes assume as funções de CEMGFA (Chefe Estado Maior Forças Armadas).²²

²² NUNES, António Pires Nunes,(2002), Angola – 1966-74 – Vitória Militar no Leste, Prefácio

ANEXO G : BIOGRAFIA MARECHAL COSTA GOMES

Nome: Francisco da Costa Gomes

NIM:50257911

Posto	Data
Aspirante	1932
Alferes	1Nov1935
Tenente	1Dez1937
Capitão	01Jan1944
Major	19Dez1952
Tenente-Coronel	19Ago1955
Coronel	21Nov1960
Brigadeiro	29Set1964
General	8Nov 1968
Marechal (Honorário)	16Dez1988

Tabela 2 – Datas de promoção de Francisco Costa Gomes:²³



Figura 6 – Bilhete Identidade de Francisco Costa Gomes²⁴

²³ Dados referidos no processo individual do Marechal Costa Gomes e na lista de antiguidades de oficiais do Exército (2002), que conferem.

²⁴ Obtida no Processo Individual de Francisco Costa Gomes, no Arquivo Geral do Exército mediante respectiva autorização

“O marechal Costa Gomes nasceu em Trás-os-Montes, tendo optado pela carreira militar após obter sólida formação matemática universitária.

Integrou a primeira geração de oficiais que, no início dos anos cinquenta, recebeu formação na NATO, parte dos quais irão adoptar posições críticas quanto ao regime ou até conspirar contra ele. A sua carreira pública e mais notória coincide com a sua nomeação, por Oliveira Salazar, para subsecretário de Estado do Exército, lugar que ocupou desde 1958, na remodelação ministerial que se seguiu às eleições presidenciais a que se candidata Humberto Delgado, até 1961.

A sua exoneração deveu-se ao seu profundo envolvimento na «Abrilada», tentativa de golpe militar para derrubar Salazar dirigido pelo ministro da Defesa, Júlio Botelho Moniz e que envolvia também, entre outros, o general Albuquerque de Freitas, chefe do Estado-Maior da Força Aérea e o coronel Almeida Fernandes, ministro do Exército.

Após esta exoneração foi chefiar um Distrito de Recrutamento e Mobilização. As suas qualidades militares aliadas a uma inteligência profunda a que não faltava um grande sentido de equilíbrio político, conduziram a que fosse nomeado comandante da Região Militar de Moçambique, cargo que ocupou entre 1967 e 1969.

As dificuldades experimentadas por Marcelo Caetano no teatro de operações de Angola levaram à sua nomeação como comandante-chefe da R.M. de Angola, entre 1970 e 1972, cargo que exerceu de tal modo que conseguiu reduzir significativamente a actividade guerrilheira, mormente na frente leste, então dominada pelo MPLA.

Nomeado, após o seu regresso de Angola, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, foi exonerado em Março de 1974 por se ter recusado «comandar» os oficiais-generais que foram prestar vassalagem ao então chefe do Governo, Marcelo Caetano.

As posições de Costa Gomes foram sempre favoráveis a uma negociação política para solucionar o problema das guerras coloniais - como escreveu em artigo do Diário Popular, logo em 1961 e como demonstra a habilidade com que manobrou para que o livro do general António de Spínola, Portugal e o Futuro, fosse publicado, em Fevereiro de 1974.

Em 30 de Setembro de 1974, após ter sido um dos grandes apoios do movimento dos capitães, substituiu Spínola na chefia do Estado.

Com a primeira eleição presidencial por sufrágio directo, em Junho de 1976, passou à reserva nesse mesmo ano.

A sua participação no Conselho Mundial da Paz, claramente subsidiário da URSS e as suas hesitações aparentes no denominado «Verão Quente de 1975» projectaram uma imagem negativa do general Costa Gomes em certos sectores da opinião pública.

A verdade é que a NATO nunca deixou de ouvi-lo e hoje muitos autores pensam ter sido este oficial-general decisivo para evitar confrontos violentos em 1974 e 1975.

O Conselho da Revolução, extinto com a revisão constitucional de 1982, promoveu-o a marechal.” (Rosas & Brito, 1996)